

PENSAMENTOS OCASIONAIS (1998-2001)

por

Vítor Oliveira Jorge*

PENA

Li o que estava escrito: “os meus pais morreram. Mas, mesmo quando eram vivos, já se tinham infantilizado muito. Não podia contar-lhes nenhum problema real, só histórias simplificadas; a complexidade apavorava-os, ou tornava-os estranhos. Por isso numa certa altura decidi adoptá-los como meus filhos, mas sem grande entusiasmo. Também as minhas irmãs partiram, e desconheço o seu paradeiro; mas agora, que as tento lembrar, não consigo sequer delinear o perfil dos seus rostos – uma mancha branca, de fumo de tabaco, impede-me de vê-los claramente. Se me dissessem que nunca existiram, que foram só uma ficção minha, não me custaria a acreditar. Não me recordo de uma só frase que me tenham dito. Cada dia, quando me sento sob o círculo de luz para escrever, vejo ao longe a minha mulher, o único ser humano que, ao longo das décadas, me tem acompanhado. Está sob outro círculo de luz, e parece cada vez mais distante; imagino-a absorva no seu passado, torturada por (segundo diz) não se ter consagrado à sua principal vocação. E falta-me a vontade, ou a energia, de tentar vencer esta força que aumenta, muito lenta mas inexoravelmente, o comprimento da sala, tornando o esforço mais adiável. É como se entre mim e ela tivesse caído uma nota de piano muito cava e profunda. Como se uma gota surda e pesada tivesse tombado num poço de paredes e fundo dolorosos, inflamados. Recrimino-me por nunca ter podido dispor de meios para lhe proporcionar uma sala grande e vazia, apenas com um piano, e sol a entrar por todas as paredes. E alegria – essa alegria simples que está antes dos hábitos de pensar, esse riso que a prática do raciocínio seca. Entretanto, ouço “Alina”, de Arvo Pärt – e espanto-me da solidão destes dois instrumentos que aqui, tão próximos do silêncio absoluto, se encontraram: “Spiegel im Spiegel”. Se me pedissem para enunciar nomes de meus amigos, sentiria um forte embaraço. Os que julgava ter dispersaram-se pelo mundo, provocando-me o mesmo sentimento que já experimentava quando, nos intervalos do liceu, ia cada um brincar ou conversar para seu lado,

* Professor da Faculdade de Letras da U. P. Departamento de Ciências e Técnicas do Património.

e eu ficava sem nada para entreter o tempo, para não dar nas vistas, para não concitar a atenção (e a sempre eminente agressividade) dos outros. Alguns deles enviam-me às vezes postais correctos, a agradecer coisas, a pedir outras, a dizer que passaram por sítios onde eu nunca fui, ou a mandar livros que escreveram.

Mas nunca me surpreendem, a não ser pelo seu silêncio, pela sua indiferença (quando não é pior), a que já me habituei. A cabeça reclina-se-me ao ritmo dos compassos lentos de Pärt: olho o punho da camisa, o velho relógio, as mãos paradas – estou “hopeless”.

Assim li, e pensei: a nossa perplexidade é o único património que temos; e o nosso poder, tão só o de tentarmos fazer de uma “pena” pessoal, através do trabalho do texto, uma ficção que vos emocione, leitores, vós que sois a ficção por excelência, os destinatários sem rosto e sem morada.

0. Breve explicação

De fins de 1998 a inícios de 2001 colaborei semanalmente na página de “cultura” do “Jornal de Notícias” com uma coluna intitulada “Patrimónios Partilháveis”. Os textos que se seguem têm como base algumas das “crónicas” que pertencem a esse conjunto, mas que, naturalmente, foram remodeladas antes de serem apresentadas nesta revista.

De qualquer modo, mantêm a sua matriz original de reflexões ensaísticas, curtas (obrigadas inicialmente a um número muito limitado de caracteres), algo erráticas, sem a pretensão de constituírem um “sistema próprio de pensamento”, o que, além de ser descabidamente pretensioso, iria ao arripio de tudo quanto constitui a “pós-modernidade” em que vivemos, avessa a sistematizações. Aliás, a própria divisão interna do texto em três partes é largamente aleatória, convencional – na verdade, todo ele está escrito na primeira pessoa, ou seja, é essencialmente um exercício de auto-reflexão.

Ainda assim, e apesar da heterogeneidade porventura desconcertante de temas, espero que, como tópicos de desenvolvimento futuro, sejam úteis aos leitores – na medida em que lhes suscitem aprofundamentos e procuras em múltiplos sentidos.

Tenho também consciência – sem falsa modéstia – que, ao longo de trinta anos de vida, estudo, e prática profissional como arqueólogo e professor, fui reflectindo em tópicos que podem ajudar, no futuro, a compreender melhor a minha geração e a minha própria trajectória. Tenho obrigação de dar testemunho disso, enquanto é tempo.

A minha mulher, Susana Oliveira Jorge, foi sempre a minha mais implacável crítica, mas também permanente interlocutora. Por isso lhe estou infinitamente grato. A ela dedico as centenas de horas que levei a escrever estes textos, roubando tempo ao meu sono, mas também ao nosso convívio.

I. NA PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR

1. Identidade

A ideia de identidade está ligada à de permanência: permanência no eixo do tempo (mas também do espaço) de algumas características que intrinsecamente distinguem algo de outra coisa, que permitem dividir o igual do diferente.

Paradoxalmente, a definição da identidade do que quer que seja tem algo de muito subjectivo: implica um ponto de vista, mesmo que seja o ponto de vista de mim sobre mim mesmo (a maneira como eu re-presento a minha própria pessoa, como eu a defino). A identidade implica sempre um momento de construção “a partir de dentro”.

Essa construção é também algo de muito contingente, porque sujeito às circunstâncias do que vai ocorrendo: permanentemente, de mim para mim, eu negoceio, com as representações que a memória me permite, e em função dos acasos do que (me) acontece, uma espécie de “bilhete de identidade” pessoal, aquilo que eu penso sobre mim próprio em termos de passado (balanço) e em termos de futuro (projecto). Toda a minha vontade está ligada a esta capacidade de ligar um balanço com um projecto, de me sentir um ser em devir, mas que nem por isso se põe em causa absolutamente, a ponto de esquecer “quem é”. A minha identidade é, em cada momento, a ilusão que me permite fazer enunciados na primeira pessoa, dizer, no começo de uma proposição, “eu”. Como se isso fosse uma evidência.

Mas a identidade, longe de ser inteiriça e una, é plural. Ao nível do actor social, todos nós representamos uma variedade enorme de papéis, que correspondem a outras tantas identidades: pelo género, pela idade, pelo aspecto exterior (tipo de corpo, roupa que vestimos), pela situação profissional, pelo capital (qualquer que seja o seu tipo) que possuímos, pela nossa opção ideológico-política, etc., etc., assim vamos sendo classificáveis (por nós, pelos outros) de diferentes modos, assim vamos assumindo (ao longo de um simples dia) diversas identidades. Aquilo que é o mais essencial para cada um de nós – a ideia de permanência, a capacidade de reflexivamente unirmos através do “eu” a experiência passada, presente e futura – é dotado de uma fluidez impressionante. Cada uma das pessoas com quem lidamos atribui-nos uma identidade própria, em função da sua perspectiva, e a maneira como nos “vemos” a nós resulta, também, de, através de uma cartografia de sinais, constituirmos uma imagem “standard” de nós mesmos que pensamos ser aquela que corresponde ao denominador comum de todas essas perspectivas subjectivas dos outros sobre nós. A nossa subjectividade é pois uma construção social, não mecanicamente imposta ou aceite, mas filtrada através de complexos mecanismos.

O que se disse ao nível pessoal – a complexidade e os paradoxos da identidade – podia ser discutido ao nível social, ao nível “étnico”, ao nível das ideologias locais, regionais, nacionais, etc. Por exemplo, a etnicidade, é um bom exemplo da ambiguidade radical do conceito de identidade.

2. Por que é tudo tão difícil?

A surpresa maior que a vida me deu talvez tenha sido o desfasamento entre o esforço que fiz (e, aliás, continuo a fazer diariamente, contribuindo, com outros, para realizar algo que julgo – julgamos – útil, não só para mim – ou nós –, mas para o país), e os apoios que eu esperava resultarem desse esforço. Resultarem, entenda-se, quase que automaticamente, por reconhecimento (por quem de direito) de algum mérito, dedicação, honestidade, trabalho, persistência, à medida que tal esforço fosse sendo concretizado. E com os seus efeitos, positivos, bem à vista de todos. Percebo agora, retrospectivamente, toda a minha ingenuidade – e como foi útil, apesar de tudo, tê-la tido (e continuar a manter alguma...), pois de outro modo ter-me-ia tornado precocemente egoísta e hipócrita, não fazendo muito do que fiz, ou tendo já, entretanto, desistido. Apoios e infra-estruturas para fazer mais, ou dar continuidade ao que tenho (temos) feito – eis do que eu realmente precisava – e não

de louvores, prémios, medalhas, homenagens, que aliás nunca recebi, nem almejo receber. Embora os ache muito legítimos relativamente àqueles que os merecem, e pense que lhes devem ser outorgados, não no fim da vida, ou depois de mortos, mas enquanto bem vivos e criativos, como mais um estímulo à sua produção (caso do “Prémio Pessoa”, por ex.). O único “património” por que luto – e muitos como eu – é pela consciência de, afirmando-me, o fazer em companhia. É uma questão de realização afectiva e intelectual – sentir, viver, o brilho da inteligência, não como uma vela crepitando sozinha, mas como uma chama calorosa, envolvendo um grupo, onde possa haver interacção, onde possam, a cada momento, surgir surpresas estimulantes.

Se fosse rico, era isto a que me dedicava – criar e gerir um espaço onde se pudesse, neste país, dar oportunidade a um conjunto de jovens para fazerem aquilo que de facto gostam, e onde pudessem “criar património para o futuro”. Não mitifico a juventude, mas recordo-me da minha, e, como professor, custa-me ver perder-se continuamente um capital humano imenso! Aquele, seria um organismo não lucrativo, inteiramente virado para o prazer, e o sentido de serviço, de fazer o que interessa: aprendizagem exigente, abertura a tantos repositórios de valor (pessoas, conhecimentos, coisas) existentes em Portugal e a quem quase ninguém liga, investigação digna desse nome, projectos de intervenção no território participados por todos os agentes, cruzamento de diferentes saberes e culturas (incluindo “saberes fazer”), contactos internacionais ao melhor nível, obra de qualidade (o que implica tempo), trabalho educativo e de formação de públicos, etc. Por exemplo, uma Fundação do Património Arqueológico Português...

Nesta instituição, só dois interditos, condensados numa frase: aqui, nem inveja, nem arrogância.

3. No meio da confusão geral

Há muitos anos atrás, um amigo de infância disse-me uma frase que me marcou: um dos grandes erros (ou falhas) da nossa educação (da altura) era não ter desenvolvido em nós a força de vontade. Que queria ele dizer com esta frase tão espartana? No seu aspecto mais positivo, ou na interpretação mais interessante de tal frase, está, creio, a ideia de que não nos tinham habituado a lutar com persistência e coerência por objectivos, trabalhando por eles, apesar de todas as dificuldades. Serenidade, auto-domínio; capacidade de sub-dividir os problemas e de os hierarquizar, definindo prioridades; espírito de sacrifício, habituação ao esforço, generosidade em tarefas colectivas para a resolução de problemas comuns, trabalho de equipa – para nada disso nos tinham treinado. Nós éramos todos demasiado egoístas, vivíamos demasiado a curto prazo. E, só vendo o interesse de cada um, e um horizonte curto (diga-se que há trinta anos era preciso uma certa imaginação para ver horizontes interessantes), acabávamos por nos apoucar a todos, diminuindo a nossa criatividade, a nossa combatividade, o nosso poder de mudar as coisas. Eu acho que ele tinha muita razão. E penso que, com a democracia, alguns aspectos dessa falha ainda mais se agravaram.

Ninguém hoje acredita em (nem deseja) nenhuma revolução, com a qual alguns de nós tanto sonharam (não vendo a violência e a injustiça incontornável que daí decorreria), como forma de regeneração do mundo que, como jovens, encontrávamos cheio de defeitos. Ninguém podia prever o curso que as coisas tomaram – que Portugal se iria democratizar num contexto de globalização em que os valores colectivos se empobrecem, em função do mais laminante egoísmo individual. Ninguém podia imaginar que a rápida consciencia-

lização das pessoas comuns relativamente aos seus direitos não seria acompanhada pelo sistema educativo e pelo “ar que se respira” nos contextos sociais, por forma a que estes temperassem um pouco a ansiedade (ou mesmo o desespero e a raiva) de quem não pode esperar mais pela resolução de problemas elementares. Ninguém podia prever como (uma boa parte d) a comunicação social, com a sua luta pelas audiências e o seu sensacionalismo insuportável, símbolo do lucro económico como legitimador máximo, iria todos os dias montar cenários e intervir activamente como “criadora de realidade”, com um poder que já não é só político, mas parece situar-se acima de todos os outros poderes.

Enfim, no meio desta desilusão toda que foi ter nascido em Portugal em meados do séc. XX, que pode fazer um cidadão para, ao menos na sua esfera de acção profissional, com o saber (a “cultura”, a sensibilidade, o que se quiser) que teve o privilégio de adquirir, contribuir um pouco para ajudar este país a ser melhor?... Eis uma pergunta pertinente. E ainda continua a vir-me à lembrança a frase do meu amigo sobre a força de vontade.

4. Memória dos livros

No princípio – superada a fase do “Cavaleiro Andante” dos sábados, de saudosa memória – era um livro só de cada vez. Que o meu pai me trazia, inesperadamente. Depois, era o juntar de uns “cobres” para ir à pequena papelaria ao fim da rua, com o coração palpitante, para escolher longamente um romance de aventuras; ou a visita à carrinha da Gulbenkian, que me permitia trazer uma obra para casa.

Na pequena prateleira de que dispunha, passava tardes a ordenar os livros, como se fossem centenas; e hoje, que julgo possuir muitos milhares, continuo a sonhar em juntá-los um dia, numa verdadeira casa que fosse também a minha biblioteca. Uma espécie de ovo maternal inteiramente forrado de prateleiras por dentro.

Desde os quinze anos que as bibliotecas, os museus, os cinemas, e as casas de discos (estas, de início, bem pobres comparadas com a oferta de hoje), eram de facto as minhas “igrejas”. Sítios em que podia concentrar-me totalmente no silêncio e na fruição das obras. Lembro-me da Biblioteca Nacional, então no Largo da Escola das Belas-Artes, onde ia procurar separatas de arqueologia; da do Palácio Galveias, ou da Gulbenkian, onde espai-recia o olhar pelos verdes do parque enquanto desfolhava enciclopédias e dicionários, de consulta livre, e que sempre me despertaram a curiosidade. E da biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa, onde me licenciiei, e na qual, para desespero de alguns dos meus colegas, estava sempre a consultar livros que não eram aconselhados para nenhum exame. Gostava também muito de pesquisar na Biblioteca Nacional, quando já se encontrava no Campo Grande: aí, os grandes espaços permitiam ao espírito divagações mais largas.

Passei a vida a carregar livros e revistas... e que peso eles têm! Para o Museu Nacional de Arqueologia, onde ao meu grupo foi “dada” uma sala, e onde emprestei centenas de volumes que nunca mais me devolveram; para África, em grandes baús, e depois na volta; para o Porto, em que “desembarquei” há 26 anos e onde, apesar da estabilidade, continuo a ter os livros dispersos por vários lados. Livros e revistas dos outros, claro, mas também alguns que eu “fiz”, embora a “obra principal” continue assustadoramente, aos 53 anos, ainda por realizar...

Gosto daquelas bibliotecas com mesas amplas, onde cada leitor se debruça sob a luz de um candeeiro verde, e lá fora o outono ronda nas folhas das árvores; onde se trepa por escadotes, na expectativa da obra reveladora; ou onde se tem a chave das salas (como no Instituto Arqueológico Alemão de Madrid ou no de Bona), e à noite se pode “furtivamente”

percorrer os escaparates, levando para o quarto a revista que nunca se encontraria em Portugal. Detesto as esperas, e os funcionários que, como em qualquer outro serviço, começam a mostrar sinais de inquietação meia hora antes do fecho.

Não sei como se pode passar sem livros; ou como há gente que diz que para férias só leva um romance policial, para não cansar.

5. Encontros absolutos

Há cerca de 40 anos, no liceu, marquei encontro com a civilização egípcia, decisiva na minha opção pela arqueologia; no verão de 2000 pude realizar finalmente esse sonho.

Recordo neste momento outras viagens que representaram descobertas emocionantes. Por exemplo, em 1969, quando pela primeira vez fui a África e tomei contacto com o mundo muçulmano, em Marrocos; ou em 1971, quando tive o privilégio de trabalhar em Moçambique. Recordo os musseques de Luanda vistos do ar, e um diapositivo que então fiz – onde eles lembram um quadro de Vieira da Silva. Mais tarde viveria em Angola, onde efectuei escavações e outros trabalhos de campo. Tenho pela África (continente explorado por toda a gente ao longo dos séculos, e no entanto com uma vitalidade incrível), pela sua ambiência, pela sua música, pela sua arte, pela sua sabedoria, um respeito e uma admiração profundos. Sabendo que não há uma, mas muitas Áfricas, extremamente diversificadas e surpreendentes.

Em 1991, demandei pela primeira vez os Estados Unidos da América; quando, após horas sobre o mar, descortinei finalmente, da janela do avião, a terra americana, a praia do Novo Mundo, tive um calafrio.

Em 1993, dirigia-me para a Grécia. Quando, lá do alto, avistei as primeiras ilhas, secas, muito amarelas, contrastando com o mar muito azul escuro, não consegui esconder a emoção. Um emigrante grego que ia ao meu lado chamou-me à (sua) crua realidade: “meu caro senhor, a Grécia são só pedras e mar.” Sim, mas na minha retina ainda brilha a luz do poente sobre a antiga cratera de Santorini, a mais meridional das Cíclades. Estive em Micenas, seguindo os passos de Schliemann; mas falta-me Creta, que tinha planeado visitar em 1996 para ali estabelecer projectos de colaboração, o que ficou adiado – mas será feito. Portugal, enquanto pesquisar só em e sobre Portugal, será sempre um pequeno país. Por isso é de saudar maximamente o esforço de colegas da UNL que encetaram recentemente escavações no Egipto.

O que têm de extraordinário as viagens é que, até pelo esforço que nos exigem, mesmo até quando nos fazem sofrer, nos permitem a distância e o despaisamento do cosmopolita – o que encontra a “sua terra” em todo o pedaço de chão do planeta onde pode sentar-se, comer e densedentar-se. E conhecer outros seres humanos – e a profunda semelhança que a todos nos une. Se em termos absolutos nenhum ser humano é superior a outro (não há, feliz e simplesmente, uma bitola universal de avaliação), é infinitamente mais enriquecedor sermos capazes de estar aptos a comover-nos com as coisas elementares, com as descobertas inesperadas e absolutas. Recordo dois trabalhadores assobiando ao desafio, na obra, um dia, no Lubango, quando eu estava sozinho nos Cursos de Letras, mesmo ao lado; ou esse “solo” de uma menina tchokwe, que ouvi, gravado, no Museu da Lunda – ambas peças de grande música. Viajar é também depois, à chegada, perceber o estranho e fascinante do que está mesmo ao nosso lado.

6. Egípto

O barco desliza suavemente entre as margens do Nilo. É fim de tarde. Agosto no seu meio, vamos para sul de Luxor, subindo o rio. Garças brancas agrupam-se inesperadamente numa pequena ilha. Um grande bando de pássaros escuros descreve no céu, muito acima de nós, um conjunto de movimentos circulares. Queria conhecer o seu nome, mas aqui habituamo-nos a conviver com o que não sabemos designar. Entre as plantas aquáticas insinuam-se embarcações, a actividade dos pescadores, que aproveita o momento fresco.

O que está a mais é o nosso barco de vários andares, um dos duzentos monstros turísticos que cruzam o rio até Assuão, no sul, transportando uma casta especial de gente – os que embarcam, desembarcam, seguem guias como meninos de escola, ouvem, filmam, fotografam, compram souvenirs kitsch, fazem tudo o que lhes mandam; gente esquisita, na verdade, em que me integro plenamente, no meu fato de banho acabado de sair da piscina do último convés, e à espera da próxima refeição. O hieratismo das palmeiras, à beira-rio, como vigilantes das margens, sucedendo-se a espaços regulares, quilómetros sem fim. A terra negra, cultivada como um jardim, e entre ela os vultos claros das jilabas de quem a trabalha – suficientemente perto para se verem distintamente, suficientemente longe para se oferecerem à vista como um cenário, paisagem irreal de um longo “travelling” filmado. E de vez em quando uma povoação maior, com as suas casas de barro, por vezes a torre de uma mesquita (à noite iluminada festivamente de várias cores, lembrando que também aqui chegou uma certa forma de civilização “plastificada”, sedimentando-se sobre gestos e rostos sem tempo); e lá por trás, em “background” amarelo e seco, estéril, o deserto, o começo das extensões infindas onde não chega a água.

Sensação de passar sem ver, sem nada saber desta gente, dos seus pensamentos e vidas, tão enigmáticos como os búfalos pretos ou os burros que descansam à sombra. Desembarcaram-nos ontem aqui, de um voo “charter” (um “tupolev” com tripulação russa) e mostraram-nos numa manhã a necrópole de Tebas, os templos de Luxor e Karnak, enfim, o que daria para estudar numa vida e precisaria pelo menos de ser visto durante uma semana, um mês... Vamos meio atordoados, pela falta de sono, pelo calor intenso, pelo receio dos mesquitos que podem picar ao entardecer, sentindo-nos algo ridículos pela figura que fazemos, mas apesar de tudo tentando abrir bem os olhos para que se não nos escape nada do que se nos oferece ver. Turistas – na esteira dos primeiros viajantes cultos, somos agora consumidores massificados desta terra calcinada pela experiência de milénios, de onde nos olha a ironia dos que aqui vivem, e nos vêem, provavelmente, como palhaços de um circo sério, um desfile caricato de ignorantes. Porque nós ignoramos tudo o que aqui se passa, o que fertilizou esta terra, os meandros do negócio que se montou aqui connosco, com muitos que já passaram e muitos que hão-de vir.

7. Mediterrâneo

Sou um meridional, um mediterrânico. Isso significa que me sinto tão em casa no Norte de África (do pouco que conheço) como na Europa do Sul (anseio por ir ao Próximo Oriente). Gosto do calor intenso, sobretudo (muito importante) se for seco, e gosto de o ver da sombra, bebendo um chá de menta, o melhor antídoto contra a sede. Gosto de estar num claustro ou num pátio, ouvindo o escorrer da água. Admiro a capacidade humana de fazer oásis onde existiam desertos – mas não poderia resistir durante muito tempo ao desafio de me aventurar nestes últimos. Aprecio as grandes praças vazias, atravessadas pelo

passo furtivo de um gato, pelo dedilhar das notas de um alaúde, pelo voo desordenado dos pássaros ao cair da tarde. Pode ser em Serpa ou Veneza, acontece de modo igual. Gosto de entrar na escuridão e na confusão de um mercado onde os odores das especiarias se misturam no ar e as cores vivas dos produtos e frutos expostos compõem quadros que mudam a cada instante. Vejo fotografias por todo o lado antes mesmo de poder puxar da máquina. Vibro tanto a ouvir uma composição do sírio Adib Dayikh como um flamengo genuíno (v. por ex. magnífica antologia “Méditerranée – Les Musiques du Sud”, publicada em 1998 em França por Média 7). Já Giacometti me dizia que a música circum-mediterrânica tinha, toda ela, algo em comum, mostrando bem a unidade íntima desta bacia que foi cadinho de civilizações, que se interpenetraram, mesmo quando se afrontaram.

Gosto da extroversão, dos dias cheios de sol, das cores vivas, dos contrastes súbitos, dos prazeres evidentes, do chamamento para a oração a Alá, de Cristo representado como jovem helenístico, da arte copta e da arte bizantina, dos cânticos judaicos, das cúpulas brancas das igrejas sobre o mar muito azul de Santorini, da floresta de colunas da mesquita de Córdova.

Na minha utopia, só tenho pena que o Mediterrâneo seja ainda também, muitas vezes, o mundo da miséria, dos contrastes sociais, do caciquismo, da inferioridade da mulher, da desordem e da desregulação absoluta. E sonho com a perfeição impossível (cada vez mais impossível no mundo-cão que construímos e que só vemos intensificar-se): a fusão da “civilidade” nórdica com a vibração mediterrânica. A democracia, o desenvolvimento, a tolerância e a solidariedade vividas à sombra de uma tradição tão longamente amadurecida, e hoje ferida de morte.

Nascida em zonas periféricas do Mediterrâneo (Mesopotâmia, Egipto), há mais de 5.000 anos, esta “civilização ocidental” deslocou-se cada vez mais para aquele mar, até atingir o seu apogeu com as civilizações greco-romanas. Decaídas estas, povos periféricos tomaram conta desse mundo, onde as três grandes religiões e tradições culturais (judaísmo, cristianismo e islamismo) entre si disputaram e se miscigenaram. Mas com o domínio da Europa do Norte e, hoje, com a americanização do planeta, o velho mundo mediterrânico aparece mais como uma realidade deprimida e uma atracção turística.

8. Lutas com livros

Vivo rodeado de livros. Alinham-se em estantes, desafiadores, como que a avisarem-me de tudo quanto já não poderei ler. Outros espriam-se pelo chão, rendidos ao seu peso, ao seu desalinho, calcando-se e escondendo-se mutuamente. Passo às vezes horas a procurar um volume ou um folheto, e tenho de desistir, desesperado; outras, encontro de súbito um título, como quem se depara inesperadamente com um velho conhecido. Outras, ainda, penso nos livros que já perdi, que devia ter comprado e nunca mais encontrei... ou ouço as pessoas falarem nos livros da sua vida, muitos dos quais nunca li, e sinto uma vertigem infinita. A das muitas vidas que se escoam numa vida; mais uma vez, a do problema fundamental, sempre o da escassez do tempo. E volto àquela frase, a de que se devia viver duas vezes, uma para aprender e a outra para praticar. Ou como dizia Aragon: quando se chega a saber que fazer da vida, já é demasiado tarde...

Desde miúdo (quando a minha biblioteca se reduzia a umas dezenas de volumes) que arrumo e volto a arrumar estantes; traslado livros para sítios onde sempre se acaba por ler uma ínfima parte deles; transporto peso e mais peso. Vezes houve em que estava fora, e lia no jornal a saída de um nova obra apetecida; metia-me no carro e fazia apressadamen-

te muitos quilómetros para encontrar uma livraria aberta; cheguei a quase obrigar os empregados a desfazer caixas, certo de que lá estava o que tanto procurava... Muitas das idas ao estrangeiro saldaram-se por, no último dia antes da partida, ir comprar mais uma mala para... carregar os livros que entretanto comprei. E não descanso enquanto não chego a casa, e os incorporo no pequeno universo de (des)ordem de que passam a fazer parte. Tipografias e livrarias fazem parte do meus mundos encantados.

Alguém algum dia escreveu que não se devia viver assim. Os livros são como o resto da vida, como as pessoas, é preciso ter com eles uma relação displicente. Lê-los, interrompê-los, abandoná-los para os reencontrar, sem a ansiedade de os querer absorver tanto, sem a sofrida nostalgia da sua perda. É sensato. Sublinhá-los, riscá-los, usá-los, esquecermos deles, para um dia os voltar a encontrar com uma sensação de enamoramento, ou tão só de curiosidade. Cada livro pode ser “o livro”, e, ao mesmo tempo, todos (os que já foram, ou não se ser escritos) não valem a vida que está ao lado.

Quem me dera ir para um sítio deserto com o livro bem escolhido, e mergulhar nele, em todas as suas zonas inexploradas. Quem me dera ainda mais não levar nada, apenas com que escrever, e talvez achar, pela primeira vez (uma descoberta é sempre a primeira) a minha “verdadeira” voz.

Ou então abandonar de vez esta luta toda, e enfim descansar.

9. Ritos colectivos e “quadras”

Não aprecio “quadras” – épocas do ano em que os seres humanos se dedicam aos ritos de passagem, ou de celebração, das estações, ou de fases do ciclo de vida anual – sobretudo se isso está ligado àquele consumismo viciado que serve de ocupação de tempo (dito “livre”) à grande maioria das pessoas. Mas, para nos venderem coisas, transformaram a nossa vivência num conjunto de quadras que praticamente se “colam” umas às outras. O Natal/Ano Novo já começa em Novembro, depois vem o Carnaval, a seguir a Páscoa, o verão (bons tempos em que havia as “férias grandes”, isso sim!), a entrada no novo ano escolar, etc. E pelo meio ainda há os dias do pai, da mãe, dos namorados, etc. – tudo bons pretextos para o fatigante ritual das compras. E a sociedade aconselha ainda “férias repartidas”, e as agências do ramo propõem “escapadinhas” (viagens curtas, suponho) para tirar partido de “pontes”, fins de semana alargados, etc. A atender a tudo isto, e para quem “chegasse de fora”, a nossa vida quotidiana seria um inferno – de que seria preciso estarmos permanentemente a escapar-nos – e talvez, em relação à grande maioria de nós, não andasse muito longe da verdade! Escapar-nos sim, para cair noutra inferno, o das filas dos que tentam fugir à cidade para “aproveitarem as quadras”, ou que encham os aeroportos numa época em que o transporte aéreo se massificou, e é em regra muito desconfortável, numa ausência absoluta de respeito pelo passageiro. Mas, se este último tem umas horas de espera entre um avião e outro, lá tem as lojinhas com que entreter o tempo, e comprar mais uma série de inutilidades.

A continuar assim, não tardarão a florescer estabelecimentos fora do tempo, e onde se possa ler ou escrever em absoluto silêncio, ouvir música de qualidade, ou debater assuntos interessantes com pessoas igualmente interessantes – acredito até que já existam, mas a factura deve ser, por ora, muito elevada. Seriam uma espécie de “mosteiros” confortáveis mas sóbrios (sem o luxo que enjoa), onde a pessoa se poderia “enclausurar” por uns tempos (uma sabática?) concentrando-se, sem pressas, no seu mais essencial trabalho: viver em paz para poder ter ideias que mereçam a pena. E depurar-se de todos os contactos humanos

obrigatórios, por forma a reencontrar, dentro de si, o desejo de ver tal ou tal pessoa – só um ser equilibrado emocionalmente pode estabelecer uma boa vida de relação.

Porque é isso que as “quadras” têm (sobretudo o Natal) de temível – obrigam as pessoas da mesma família a juntar-se. Por menos que lhes apeteça naquele momento estarem umas com as outras, o ritual securizante tem de ser cumprido. Quando vejo muita gente, toda emocionada pelas mesmas razões, começo a sentir-me numa tribo primitiva – como no funeral de Diana, e em geral em todos os casamentos, baptizados, enterros, etc! Não ignoro a importância da celebração colectiva, e em particular da festa, para a coesão social. Mas...

10. Perplexidades

Nunca percebi bem o que alguns colegas meus queriam dizer quando, a propósito de uma tese de licenciatura (agora seria de mestrado) ou de doutoramento, em preparação, se queixavam: “não tenho material suficiente”. Fiz sempre as minhas “teses” (de arqueologia) quase sem “material” nenhum... nunca tive, julgo, o fetichismo das “peças” nem, mesmo, dos chamados “dados”; o que procurei foi, com base num corpo de conhecimentos, esboçar ideias, programas, propostas de solução. Equacionar problemas, em suma, partindo do princípio de que uma “tese” é um trabalho que nos acompanha durante uns anos (10 no caso do tradicional doutoramento!), e onde normalmente o que se constrói tem muito a ver com a decomposição do que antes se dizia, daquilo em que se costumava acreditar. Mas, atenção, não sou nenhum “arqueólogo de gabinete”, sujei toda a vida as mãos na terra, e só não o faço mais por falta de meios! O que procuro é romper com a tradição dos antiquários – a arqueologia é um trabalho científico. O que importa é instalar uma rotina de observações e estar de “olho vivo” – os “dados” vêm por si, atrás das ideias... Também me causa surpresa o afã com que certos colegas correm à procura de “descobertas”, julgando que publicá-las em primeira mão é passaporte certo para a consagração profissional – poderá sê-lo na nossa pequena “aldeia científica”, mas certamente não o é ao nível da comunidade internacional – onde verdadeiramente nos cotejamos com os nossos pares a uma escala já interessante, porque muito diversificada e exigente. Ser bom na sua paróquia é (demasiado) fácil... Ao mesmo tempo, pergunto: para quê querer ter a sua pequena corte, o seu séquito de seguidores? Que vocação será esta que mostram alguns dos nossos arqueólogos (e outros cientistas) para serem minúsculos régulos? Procura a todo o preço da notoriedade, do poder, que para eles se liga a grandes descobertas e a projectos de prestígio antecipadamente assegurado?... O prestígio está no trabalho sério, cujas condições de produção em Portugal são de facto escassas, estando os recursos muito mal distribuídos. O sistema actual é uma máquina de criação de desigualdades artificiais, sem proporcionalidade entre o currículo dos indivíduos e os meios de que dispõem. Isso, sim, é que é uma situação inquietante. Há certas forças e “figuras pardas” que, na sombra, mexem em muitos “cordelinhos”...

Análoga perplexidade me causam os estudantes quando perguntam: “que matéria vem para a frequência?”, ou “o professor ainda vai dar mais matéria?”. Tento explicar a estes estudantes (numa espécie de “disco” já muito passado) que, nas “minhas cadeiras” não há “matéria”, mas uma experiência, que deve ser vivida em comum, de confronto com textos, objectos e registos, experiência que naturalmente tem de ser orientada por mim, mas que compete a cada aluno recriar, tornar sua, sem o que só está ali a perder o seu tempo. É preciso empenho, mas também distanciação do imediato, e conjugação difícil entre uma postura “blasée” e uma atitude preocupada, estudiosa e séria.

11. “Exames”

Tenho passado a vida, como todos os cidadãos activos, a ser “examinado” – como estudante, como professor, e noutros âmbitos de intervenção – e às vezes, confesso, começo a estar cansado de tanta “avaliação”. Por ser “bom aluno”, ainda fui dispensado de certos exames no liceu, e de algumas “orais” (ritual de encenação pública de saber/poder que nunca apreciei, quer como discente, quer como docente) nos últimos anos da universidade. Mas lá tive de comparecer, por exemplo, à inspecção militar (no local onde está agora a FCSH da UNL) – em que fui “apurado”, na condição de nudez total, como “atirador” para a guerra colonial... situação de que a carreira universitária e o 25 de Abril de 74 me salvaram.

Agora, que tenho 53 anos e há mais de uma década que sou professor catedrático de nomeação definitiva da UP, pensei que os “meus exames” iriam acabar. Doce ilusão: nunca tive de elaborar tantos “curricula” próprios, ou relatórios comprovativos de tarefas efectuadas, para diversos fins, incluindo bases de dados informáticas (suponho), como nos anos 90! O pior é que, por entre as pilhas e resmas de livros, separatas e documentos que me atafulham o espaço de trabalho, e que servem de confortável poiso aos gatos, não consigo encontrar já os próprios estudos que publiquei! Devia haver um serviço que se encarregasse destas coisas... não há pachorra para tanta actividade organizativo-burocrática no espaço de uma vida que (permita-se-me a pretensão) seria bem mais utilmente aplicada noutras tarefas. Quem já prestou tantas provas devia ser “solto” de tamanha teia de obrigações, para finalmente poder ter a “respiração” necessária para dar ao país obra de vulto... que os prazos inflexíveis, de provas, teses e concursos, jamais permitiram! Um sistema mais “livre” é mais inteligente, e tira, a prazo, a mais produto dos indivíduos, até adentro da sua própria lógica. Cansar demasiado quem já demonstrou ser capaz de cortar metas significativas com certo êxito, à sua maneira, é matar o nosso melhor capital, o humano. Há alguém que se preocupe com isto? É vital...

Eu sei, por exemplo, que a avaliação das universidades chegou para ficar, e eu próprio já fiz parte, com gosto e muito proveito para a minha experiência, de uma comissão de avaliação dos cursos da área de História das universidades públicas. Avaliar e sermos avaliados no nosso desempenho (até pelos alunos, com toda a contingência que tal comporta) é muito útil, é mesmo indispensável.

Mas o que é importante é que nos modernizemos em tudo (procedimentos e condições) ao mesmo tempo; que as exigências, sempre acrescidas, em relação ao trabalho que vamos produzindo, correspondam minimamente aos recursos, que também deverão ir crescendo, o que a maior parte das vezes se não verifica, antes pelo contrário. Senão, pode-se chegar às vezes a um ponto de exaustão em que, precocemente, já só nos apetece enfrentar o último exame: o que nos permitirá descansar definitivamente deste mundo desumanizado, exigente, e muito pouco generoso.

12. A propósito de dois belgas e de África

Estive na África sub-sariana duas vezes, nas antigas colónias de Moçambique (1971 – um mês e meio) e de Angola (1973-74 – um ano e meio). Isso, o facto de um meu tio-avô (José Matias Delgado) ter sido um estudioso de Angola, e a curiosidade pela antropologia, sempre me levaram a ter um enorme interesse e admiração por África, pela sua história, e em particular pela arte dos seus povos.

O que parece espantoso – para não dizer escandaloso! – é o pequeno número de investigadores portugueses consagrados a estas matérias. Mesmo nas universidades a sua presença é diminuta.

Falta até um grande Museu de África (polivalente, e com investigadores a ele adstritos), como por ex. existe perto de Bruxelas, em Tervuren (de visita obrigatória) – ou um Museu de Etnologia amplamente dimensionado (à escala da nossa história de contactos multiculturais), que tivesse essa componente, com peças sempre expostas.

Acontece que viveu até há pouco no nosso país (faleceu em 2000) uma pessoa que foi uma das maiores especialistas mundiais de arte africana – e em particular dos Tshokwe (erradamente conhecidos como Quiocos), grupo cultural do NE de Angola e zonas circunvizinhas. Trata-se de Marie-Louise Bastin, belga, que a Universidade do Porto homenageou em 1999 com o doutoramento “honoris causa”. Casada com um português, e activamente trabalhando até ao fim, radicou-se no Porto na última década. Autora de numerosos artigos e livros, entre os quais catálogos de exposições – nomeadamente o que foi realizado, sobre escultura de Angola, por ocasião de Lisboa Capital Europeia da Cultura em 1994 – M.-L. Bastin trabalhou no já referido Museu Real da África Central, e também na Universidade Livre de Bruxelas.

Um dos elementos que foi determinante na carreira de Bastin foi o Prof. Luc de Heusch, professor emérito da Universidade Livre de Bruxelas, onde ensinou antropologia social e cultural de 1955 a 1992. Foi de Heusch quem sugeriu a M.-L. Bastin que se consagrasse à arte dos Tshokwe. Autor de livros famosos, como “O Rei Ébrio ou a Origem do Estado” (1972), “Reis Nascidos de um Coração de Vaca” (1982) ou “O Sacrifício nas Religiões Africanas”(1987), Heusch é um estruturalista que estudou sistematicamente os ritos e mitos do parentesco em contexto africano. Mas o autor faz questão em se afirmar também como escritor e cineasta, e não sem razão, pois integrou o célebre movimento Cobra (de 1949 a 1951), e realizou diversos filmes, um dos quais dedicado ao pintor surrealista seu compatriota R. Magritte, além de muitos documentários sobre a realidade etnográfica e histórica africana.

Tivemos a honra de ter L. de Heusch entre nós, no Porto, em Junho/Julho de 1999, no contexto da homenagem prestada a M.-L. Bastin.

Aos leitores aconselho a que conheçam a obra de Bastin, que leiam Luc de Heusch e... se puderem, vejam e estudem mais a arte africana. Por ex., no belo museu Dapper, e no das Artes Africanas e Oceânicas, ambos em Paris. Claro que toda a gente visita o Louvre, onde agora inventaram uma “galeria das artes primeiras” (para não lhes chamarem “primitivas”, que tem um sentido pejorativo); mas não se deve, evidentemente, ficar por aí.

13. Futebol

Sei que a afirmação que se segue será para muitos chocante, escandalosa mesmo: não gosto de futebol. Refiro-me a ver o espectáculo, e a todo o ambiente (místico, diria, para não entrar em aspectos mais sensíveis) que o rodeia.

Sei também que, com tal opção, dificilmente poderia seguir qualquer carreira política – mas tal nunca esteve no meu horizonte. Sei ainda que me arrisco a parecer considerado elitista – todo o “intelectual” que se preze diz que aprecia este jogo, pelo menos para mostrar que não é assim um “bicho” tão raro – é capaz de estar ali a “torcer” no meio das massas pelo seu clube, enfim, seguir todos esses rituais colectivos por que se têm interessado sociólogos, antropólogos, e até etólogos!

O que eu precisava, mesmo, era de praticar um desporto – o qual podia ser perfeitamente o futebol. Mas isso é algo de muito diferente.

Compreendo por que é que o futebol é importante: porque muita gente, e muito dinheiro, e muitos interesses, giram em torno dele. Promove muitos que começaram na rua, com uma bola de trapos – tem um “ar” democrático. A montante e a juzante, é toda uma “economia” que assim se move. E, já os romanos o sabiam, é preciso dar “pão e circo” às populações – as tensões que não se libertem num estádio podem ser bem mais negativas se dirigidas para outros objectivos. Mas o pior é que tais tensões, que encontravam nos jogos o seu centro de escoamento, transbordam hoje muito em relação a eles. O “circo” generalizou-se, e é perigoso e triste.

Finalmente, as sociedades modernas, ao trazerem para as fábricas, primeiro, e para as periferias mais ou menos urbanizadas das grandes cidades, depois, grandes massas de gente, fizeram-nas perder as suas culturas tradicionais. Essas culturas tinham o seu ritmo (lento) de amadurecimento próprio, transmitiam-se de pais a filhos, eram feitas de solidariedades de vizinhança, de territorialidades, de emblemas de pertença, de memórias partilhadas, que deixaram de ter sentido (passaram a ser realidade de museu, objecto de estudo dos etnólogos), e que dificilmente se reinventam. E aí está o futebol, aí está a música rock/pop (e suas múltiplas variantes), e outras manifestações, a tentarem colmatar tão tremenda lacuna, procurando criar uma “cultura popular de cidade”. Nas suas expressões, por vezes, a violência e os comportamentos “tribalistas” – associados ao consumo de certos “estimulantes” – traduzem a frustração de massas (particularmente de jovens) desenraizadas, atiradas para a periferia em todos os sentidos, e sem meios de acesso ao capital cultural, e ao capital “tout court”, das elites. Sociedade que promete a igualdade de oportunidades, esta é uma sociedade particularmente hipócrita nas formas subtis com que exclui. Formas tão subtis que por vezes escapam à própria análise dos que é suposto estudarem, diagnosticarem e/ou encontrarem soluções para os problemas. Estes, julgando-se “fora do jogo” por serem sociólogos, antropólogos, historiadores, ou outra coisa qualquer, estão incluídos nele, “manipulados” por ele, constituindo – tal como muitos dos que, em certas colectividades, tentam animar uma “cultura popular de qualidade” – fracções “ilustradas” de uma cultura dominada, semi-crítica, que ajuda (sem por vezes o querer conscientemente) ao refresco e manutenção do sistema. E depois do “estudo” lá vão ver o seu joguinho.

14. “Big Brother”

Todos temos visto o programa da TVI “Big Brother” e, ao mesmo tempo, os que lêem os jornais têm verificado a quantidade de “escandalizados” com tal programa, com a sua “baixa” qualidade e, conseqüentemente, com o alegado “baixo” nível cultural e ético do povo português, que assim tão alarvemente se distrai com as pequenas questiúnculas de um grupo de encarcerados voluntários, que estão a ver se ganham alguma fama e proveito, como certamente toda a gente (que ainda os não tem, sobretudo o proveito) gostaria de ganhar.

Convém não sermos (pelo menos assim tão primariamente) hipócritas, por um lado; e, por outro, pensarmos algumas coisas sobre o que é a televisão, a sociedade em que cada vez mais estamos inseridos, o contexto concreto em que nos movemos, e por que é que a maioria das pessoas – para não dizer todas – têm necessidade absoluta de evasão, de divertimento, de jogo, e de um certo “voyeurismo” (perscrutar a vida alheia, os seus pequenos segredos e perversões, etc., etc.) para poderem aguentar a monotonia e o stress

das suas próprias vidas. Há hoje uma maior consciência da solidão radical de cada um de nós – e uma grande necessidade de nos compensarmos da desumanização e falta de afecto a que chegámos, e de que, de repente, todos nos demos conta (embora em contextos diversos, consoante a capacidade de reflexão, e de distanciação crítica em relação à situação vivida, que cada pessoa pode mobilizar).

De outro modo, como explicar a enorme proliferação de telenovelas, de descrições da maravilhosa vida dos “vips” deste mundo, de concursos com prémios chorudos, de programas de futebol, de emoções encenadas em plena emissão (do tipo “filha encontra finalmente, perante as câmaras, o paizinho que nunca pôde conhecer”), de notícias sensacionalistas de todo o género (desastres, tragédias pessoais, escândalos de corrupção ou de perversão – pedofilia, por ex. – por parte de pessoas antes julgadas “respeitáveis”, etc.), não esquecendo a pornografia?...

Por que é que tais temas/situações atraem tanta gente, e ao mesmo tempo suscitam reacções tão emocionais, de outros que também sorveram avidamente tais novidades (senão não se teriam chegado a escandalizar com elas)? Divertimento, jogo, sonho, emoção primária, algum sadismo, algum desejozinho de vingança, algum sentimento de securização que dá, a cada um, ver que ainda não foi atingido pela má sorte alheia, etc. – tudo isso faz parte, *helas*, do nosso espólio comum. Porquê negá-lo? As pessoas que se escandalizam com a “baixeza” do “Big Brother” tranquilizar-se-iam se as estatísticas passassem a revelar que 90% dos portugueses têm pelo menos uma centena de livros (que já leram) em casa, que não se consegue encontrar um bilhete com 30 dias de antecedência para um bom filme ou concerto de ópera, que os compositores que os nossos concidadãos preferem são Bach ou Gorecki, que poucos são os que dispensam a assinatura da edição nacional da “Scientific American”, que para se ver uma exposição de um bom pintor se tem de fazer fila na rua durante horas a fio, que não se encontra lugar no lançamento de um novo livro?...

Eu sou anterior à televisão; não nasci com ela, mas cresci a ouvir a minha tia-avó a ouvir diariamente a melopeia das “novelas” da rádio. Antes da rádio, provavelmente as pessoas entretinham-se muito mais com histórias que contavam umas às outras.

A televisão é, desde sempre, uma “janela indiscreta” sobre o mundo – um “buraco de fechadura” por onde queremos ver tudo: filmes, debates, jogos, notícias, enfim... imagens que nos atraíam, cativem, fascinem, seduzam. “Quanto mais quentes melhor”. Tudo quanto é cultura pode e deve ser dado na televisão, se possível ajustado ao seu “timing”, ao seu “ethos” específico. O que é importante é não perder de vista este último. A televisão é a pulsação do presente, isto é, do futuro – do que está a acontecer, mas no sentido do que, nisso, se prenuncia do que ainda não aconteceu, mas já procuramos, ou queremos, ou julgamos entrever. Nesse sentido, é também uma grande máquina de ilusão, porque tudo quanto é futuro (tudo quanto nos compraz imaginar como tal) já aconteceu (pelo menos, na nossa imaginação “colonizadora”, totalizante).

Realmente, a televisão é sobretudo uma máquina de encenação de emoções em tempo real; um dispositivo de “voyeurismo”. E o “voyeurismo” está no núcleo da sensibilidade contemporânea. Por quê, assim, tanta alma pura escandalizada?! Além de ainda propagar mais o “mal” de que se queixa, a atitude do escandalizado soa a falso. Então, ainda não percebeu o mundo difícil, implacável (para não dizer, o mundo cão) em que vive?!...

Esse mundo insuportável é que cada um de nós devia contribuir, pela sua acção cívica, pelo seu trabalho, para mudar. Para que programas como o Big Brother, daqui a uns anos (quanto mais cedo melhor) sejam considerados inviáveis economicamente. Sejam impensáveis, pela falta de interesse que despertem. Para ver e para criticar.

Estar encerrado num sítio (experiência da escassez) pode ser muito interessante. É

esse o fascínio de todos os que são monges, ou mesmo eremitas, de todos quantos procuraram o deserto, a purificação. Estar incluído num grupo limitado de pessoas, pode ser muito enriquecedor.

Mas estar desprovido dos instrumentos de produção mínima da individualidade (como a privacidade, como a capacidade de usufruir de uma leitura ou de uma audição musical de forma não condicionada pelo tempo, como a capacidade de resguardar os seus sentimentos ou de construir os seus afectos sem um “terceiro olhar” omnipresente) e de ter a sua imagem completamente manipulada por um programa de televisão, que filma tudo, emite o que quer, transforma os participantes do jogo não em jogadores mas em jogados – isso não é uma situação desejável, nem para ser vivida, nem para ser usufruída por milhões de pessoas como espectáculo.

A degradação não consiste no que se vê, nem mesmo no que aquelas pessoas concretas ali fazem, quais marionetas de um teatro ridículo, ou seres humanos exibidos num zoo abominável. Nesse aspecto, neste século, nós já vimos tudo.

A degradação consiste em todos irmos observar isso, enquanto alguém enriquece à nossa custa e se ri secretamente de nós, atraídos igualmente como peças do mesmo jogo.

15. Os que vão para

Na antiga Roma, os gladiadores na arena dirigiam-se ao imperador, dizendo: “César, os que vão morrer, saúdam-te”.

Na costa do actual Brasil, P. V. de Caminha escrevia ao rei explicando-lhe que os nativos que via na praia não pareciam ter idolatria alguma, estando, por assim dizer, em “estado de natureza”, e sendo portanto gente muito propícia para acolher a verdadeira fé, a cristã (bem como, naturalmente, a soberania de sua majestade).

À porta de um clube de futebol, filas imensas de indivíduos, providos de íntima convicção, preparam-se para pagar várias dezenas de contos para assistir a um jogo.

No Centro Cultural de Belém, muitos milhares de pessoas descobrem, ou redescobrem, que J. S. Bach foi um génio da música. Um grupo significativo de colegas meus, arqueólogos empenhadíssimos, discutem em recente colóquio (aliás no espaço “reciclado” de uma antiga igreja do Alentejo), se uns específicos fragmentos cerâmicos provêm ou não de uma certa camada do Neolítico antigo, ou se um particular fémur humano testemunha um certo tipo de comportamento alimentar – e fazem-no com a determinação com que Deus criou o mundo.

Passo na auto-estrada, e vejo uma aglomeração de pessoas e veículos na berma: mais um carro acaba de capotar e de ir parar à valeta; e enquanto se procura – até muito convictamente – ajudar os acidentados, também se tem a experiência de olhar de perto a morte, ou o sofrimento alheio. Mais adiante, sobre um passadiço, vê-se uma fila imensa de pessoas – estarão, eles próprios, a observar ainda o acidente? Não, afinal movem-se, cruzam a auto-estrada e dirigem-se para Fátima, para ver o Papa e todas as experiências que essa situação permite – este ano estão também lá fadistas, o primeiro-ministro, o próprio Presidente da República! O ministro da administração interna preocupa-se com esse fim de semana assustador, em que tem de gerir tantas situações potencialmente complicadas.

Sentado no moderno lugar da solidão, perante um écran (no caso vertente, o de um computador), organizo as intervenções dos participantes num debate, cuja gravação ouço. E delicio-me com todos os requintes com as que os intervenientes (nos quais me incluo) condimentam o seu discurso, para se seduzirem a si mesmos e aos outros. Que ginástica,

que energia, que vontade. Pelo sonho é que vamos, dizia Sebastião da Gama. Pelo desejo, poder-se-ia generalizar.

E, apesar da solidão do mundo moderno, da aceleração, e de tudo o mais, parece que não faltam os lugares de encontro, de grande celebração colectiva, com novas configurações.

Os estudantes fazem a sua “queima”, exaltando-se com a energia da juventude e do álcool; os turistas seguem o seu guia, como meninos de escola, que não se esqueceram do kit: câmara fotográfica, ténis para as caminhadas. Senhoras de 80 anos, excitadas, discutem o seu futuro, tomam apontamentos.

E, às vezes, uma pessoa tomba irremediavelmente deprimida – não tem para onde ir.

II. QUESTÕES GERAIS

1. História humana – que sentido?

O principal objectivo do pré-historiador é traçar as grandes linhas da evolução cultural (no sentido mais abrangente da expressão) desde as origens do nosso género, há milhões de anos (“Homo”), passando pelas da nossa sub-espécie, há mais de uma centena de milhares de anos (“Sapiens sapiens”) até ao aparecimento do Estado. Para um pré-historiador, o Estado é um fenómeno recentíssimo na história humana, e ainda hoje está em expansão (“globalização”). Com tudo o que o Estado implica: sistema produtivo gerador de excedentes capazes de alimentar todo um sector social que não trabalha directamente na obtenção de bens alimentares (burocracia, fracção social consagrada ao culto, etc.), categorias sociais bem vincadas (para não dizer “classes”, demasiado conotadas com o capitalismo), urbanização, governo centralizado e detentor legítimo da força e da aplicação das leis, escrita, comércio e relações a distância, etc., etc. Numa (ou duas) palavra(s): heterogeneidade, complexidade.

Como se chegou a isto?!... Para um pré-historiador, que estuda o tempo longo, a nossa sociedade aparece por vezes como algo de demencial, uma forma de vida que faz do futuro o mito permanentemente gerador do presente. Hoje, quem não viva no futuro está ultrapassado, está “out”.

A grande interrogação – foi com ela que nasceu a Antropologia cultural, no séc. XIX – é: quais seriam as formas de integração (ou coesão) social, antes do aparecimento do Estado coercivo? Existiu (como queria P. Clastres) uma sociedade “contra o Estado”, isto é, uma sociedade igualitária, onde cada desigualdade era imediatamente rasurada (através da dádiva, ou reciprocidade generalizada), por forma a eliminar essa “mácula original”, o desequilíbrio entre senhores e súbditos, ricos e pobres, detentores do saber e ignorantes? Não cremos que tenha havido tal situação edénica, nem míticas “origens” de um paraíso (ou “comunismo” primitivo) que tivéssemos perdido. Qualquer momento, ou estádio “zero” da evolução, levantaria imediatamente a questão: e antes disso?...

A humanidade “evoluiu” sempre de forma paradoxal, controversa: perdendo coisas e ganhando outras. À custa do que hoje nos parecem ser injustiças, destruições irreparáveis, as maiores das quais têm ocorrido precisamente no nosso tempo, no qual nos foi prometida a felicidade na Terra (por regimes ditatoriais, é certo; mas que também é a mensagem que nos continuam todos os dias a impingir a publicidade e os “media” em geral) e no qual, paradoxalmente, aconteceu o holocausto, as bombas atómicas lançadas sobre populações inteiras, as agressões quotidianas contra milhões de seres humanos sem defesa, etc. Vive-

mos num continente em progressiva degradação, pilhado diariamente pelas forças do lucro, que neste momento são já praticamente incontroláveis. Que sentido para a nossa história?...

Se não formos capazes de dar um sentido à história da humanidade como um todo – e essa é a missão da história como conhecimento, e também das outras ciências sociais e humanas – estaremos desprovidos de projecto para o futuro, ou seja, para hoje mesmo, visto que esta é uma época que “devorou” o futuro.

Mas, numa certa medida, vozes como as de Pierre Bourdieu, por ex. (veja-se o recente “Contre-Feux” 2), ou, em Portugal, de B. Sousa Santos, apesar de nos parecerem justíssimas – de uma inteligência certa – aparecem-nos também como ecos de uma certa irrealidade. É como se a razão já não funcionasse; é como se os diagnósticos já viessem atrasados; é como se vivêssemos numa época pós-racional, no sentido de que não é da avaliação rigorosa (alguns diriam científica) dos problemas que resulta a sua resolução. Ou melhor: não há “a” solução, de tal modo é forte e incontrolável a “volta que dão”, a todos os nossos programas e projectos, a complexidade e o carácter inesperado dos problemas, das tragédias, das revoltas, das tramas ocultas, dos vastos poderes em jogo.

Claro que a comunicação social é protagonista de muito deste ambiente; a televisão tornou-se uma máquina voraz, mas arrasta, nessa luta pelas audiências, pelas vendas, todo o resto do sistema... evidentemente que há meia dúzia de indivíduos e grupos, a nível mundial, que mexem com todos nós, a partir do poder financeiro que têm... Mas não há propriamente um “complot”, não há ninguém fazendo de nós marionetas, os próprios políticos nos aparecem hoje como uns aprendizes de feiticeiro, apanhados nas malhas da paixão que os arrasta.

Num certo sentido, já não há coisa pública – há encenações públicas de “egos” privados, falando em nome de princípios correctos, justíssimos, que ninguém pratica nesse estado cristalino, hipócrita. O pensamento não fascina ninguém. E, sobretudo, ninguém se “excita” com o “correcto”, toda a gente quer é escândalos, ou dramas, algo que mexa com uma libido um pouco brutal. Por isso os cidadãos se afastam da política; para eles, a política passa-se na televisão, como um espectáculo entre outros (vamos ver quem se defende melhor, quem “leva” mais, etc.). A “contra-informação”, quando bem feita, chega a parecer mais real do que a “informação”. Se tanta gente se indigna com o “big brother”, ou com os “acorrentados”, é porque todos nos sentimos um pouco a fazer a figura deles. “Eles” são o nosso espelho.

Vivemos num sistema percolativo, em rede, onde circula muita informação, mas onde grande parte desta faz de écran que encobre a “verdadeira” informação. Mas essa “verdadeira” informação foge permanentemente como uma miragem... E, então, nós parecemos aquela pessoa a quem deram um embrulho, que o desata, e dentro dele aparece outro, e outro, e outro, e nunca chega ao fim... não há “fim”, mas infinitas “caixas negras” embutidas, que mudam permanentemente de escala...

2. Permanente luta contra o caos

Provido de consciência auto-reflexiva, cada um de nós estabelece uma espécie de “programa” para a sua vida – um programa, naturalmente, muito contingente, sujeito a variações imprevisíveis, e inevitavelmente faseado em etapas. Cada uma destas, cumprida inteiramente ou não, abre para outras possibilidades, ao mesmo tempo que fecha progressivamente o leque das expectativas (razoáveis) que cada um de nós pode acalantar. Este

“programa” não é um projecto frio, puramente racional, mas nele entra largamente o desejo, o sonho, sendo por vezes extremamente difícil obter um equilíbrio entre o que podemos de facto ir fazendo (sendo) e o que gostaríamos de ter feito (sido). E, como dizia um amigo meu: “aos cinquenta anos já não se tem projectos, actua-se.” Isto é, tem-se consciência aguda, diária, da nossa fragilidade, da nossa efemeridade, e de que muitas coisas com que sonhámos não serão jamais possíveis – é também um problema de certo cansaço da vontade, que tem uma nítida radicação biológica. A força anímica falta-nos, como nos falece a energia física – sendo para mim totalmente absurda a ideologia mitificadora da juventude, hoje dominante. Querer prolongar eternamente a vida e as possibilidades das suas primeiras fases é mais uma faceta (compensatória?) da aceleração e da obsolescência a que tudo hoje se reduz: vivemos tão depressa que precisaríamos de existir mais tempo, para compensar pela quantidade a baixa qualidade que as nossas vidas têm. Por mim, apenas gostaria de manter, por algum tempo, as minhas capacidades do momento presente, para realizar dois sonhos, dois livros: “o livro” de arqueologia e o “o livro” de poesia que há muito espero de mim próprio! Tão só – mas já é muita ambição.

Entretanto, no dia a dia, entre as obrigações profissionais, as “encomendas” de tarefas, e o espaço de liberdade que assim me sobra, vou tentando gerir uma situação de “manutenção” dos projectos a que me liguei. Mas os estímulos são tão poucos, as “recompensas” tão mínimas, os meios tão parcos, as permanentes desilusões tão grandes, e os escolhos a contornar tão constantes, que às vezes me apeteceria, pura e simplesmente, acabar com tudo e “partir para outra.” Mas qual?... E ainda há quem se admire da proliferação das atitudes de fuga (droga, por ex.) de desistência (depressão, marginalidade, suicídio, ou pura e simples gestão de uma mediocridade quotidiana, sem sonho nem projecto, por ex.), ou de quebra de compromissos (perda de valor da “palavra de honra”, hedonismo individualista, traições constantes) que a nossa época produz! Corrida desumana de todos – e luta constante contra o caos por parte dos (poucos) que se pretendem manter equilibrados, úteis, e activos para seu bem, e para bem da comunidade, sem a qual o indivíduo, com um projecto meramente individualista, nunca se poderá sentir realizado. A lógica do lucro e do êxito individual fez implodir tudo.

3. A maior amputação

Cada um de nós – neste universo pós-moderno de perda das “grandes narrativas” (ou ideologias, ou cartilhas simplificadoras por onde era possível discernir, a cada momento, o certo ou o errado), onde o indivíduo se vê entregue àquele “lugar” em que sempre esteve sem o saber (uma radical solidão) – tenta criar um código ético pessoal pelo qual se regular, sem atropelo dos outros e das regras sociais que é importante não infligir (mesmo que algumas pareçam totalmente arbitrárias). É como se tivéssemos de aprender um grande conjunto de códigos, mas que não têm relação lógica e estrutural uns com os outros. Como se o mundo se tivesse estilizado na sua harmonia. E nesse estilizado, nessa dispersão infinita, procuramos arduamente reconstituir, a nível individual, e com os desperdícios que vamos encontrando, uma espécie de morada habitável, um conjunto de certezas que nos protejam da total arbitrariedade dos acontecimentos. Somos todos uma espécie de “homeless” ou de “clochards”, nesta sociedade do desencanto.

Desencanto que é próprio de um fim de ciclo milenar, que se relaciona com a perda de ingenuidades ancestrais, e com o despertar de um novo mundo, mais rápido, com maior circulação de gente, com maior cruzamento de ideias e costumes, com muitas injustiças

estruturais a corrigir, e para o qual ainda não encontramos uma ética partilhável nova. Essa ética não pode decorrer de uma ideia de regeneração *global*, única (salvação religiosa, revolução, etc.), mas de uma prática política de persistência na luta por melhoramentos *locais, parcelares*, na qualidade de vida e nos direitos reais dos cidadãos. Não se trata de substituir ideias e valores, “inaugurais” e destinados a triunfar, por outros, mas de procurar triunfar cada dia em pequenas coisas, perto das pessoas – e de funcionar pelo exemplo e pela força de vontade.

Estamos ainda numa etapa muito elementar da democracia, em que as pessoas lutam por direitos fundamentais, na sua maioria consagrados nas leis, empoladamente mencionados nos discursos, mas muito pouco consubstanciados na prática. Aliás, na prática, o ideal seria haver poucas leis – sinal de que a maior parte dos códigos éticos e cívicos fundamentais já se tinha interiorizado tanto nos cidadãos, que se tornaria desnecessário formalizar o que seria consenso ou *praxis* geral. Estamos longe disso.

Um dos valores em crise é o da ideia de trabalho. Não, claro, o trabalho alienante, repetitivo. Mas o do esforço criador, generoso, solidário, com recompensa diferida, e partindo do princípio de que é o trabalho que constitui um indivíduo, um ser social. Uma pessoa não precisa apenas de se sentir útil, realizando uma profissão. Precisa de se sentir “especial”, ter auto-estima. A maior amputação da maior parte das pessoas é não terem tido, nem continuarem a ter, condições para produzirem essa auto-estima.

4. Viver em sobressalto

O criador cultural é, em regra, uma pessoa inquieta, no sentido positivo do termo: vive em função do projecto que acalenta, do trabalho que tem entre mãos, sem comprazimento excessivo pelo que já está feito, pelo que é a sua “obra”, normalmente o principal objecto de atenção dos outros. Manoel de Oliveira não sabia recentemente como responder ao entrevistador televisivo, aquando do prémio que lhe foi concedido em Cannes. Perguntava-lhe, aquele, o que é que diria ao público para o aliciar a ir ver o seu filme... e Oliveira, desde a desconcertante quase-atemporalidade em que vive, respondia, um pouco “gauche”, que não lhe interessava aliciar ninguém... que o filme agora já não lhe pertencia, ia ser apresentado nas salas, e o público iria vê-lo ou não, pagaria o bilhete ou não, conforme quisesse. De facto, a pergunta, embora perfeitamente ajustada à sociedade em que nos encontramos, tinha tanto de absurdo quanto a de interrogar um pintor, por ex., sobre o que acharia de mais interessante nos seus quadros para atrair o público, ou um poeta sobre o que haveria na respectiva produção mais capaz de captar o leitor... por muito que a publicidade tenha invadido tudo, e que estejamos mergulhados no mercado até à raiz dos cabelos, ainda bem que há uma densidade do real que resiste ao “slogan”, alguém que tem a coragem de, simplesmente, não se assumir como um mero produto de consumo, e sobretudo como juiz de si próprio, fazendo “propaganda” à própria “marca”.

Por outro lado, sabemos que sem a experiência do sofrimento não haveria, paradoxalmente, felicidade. O mito da juventude que percorre o nosso tempo, em que toda a gente quer parecer mais nova do que é, mais “desportiva”, mais feliz, mais “liberta”, mais rebelde, etc., tem o seu quê de caricato, uma vez que se sabe que, sem se passar por certas coisas – incluindo a desilusão e o seu luto, e a consciência profunda da nossa fragilidade individual – não se acede a graus mais interessantes e complexos de vivência e de interacção com os outros. Para o “criador” a insatisfação é congénita... e notem que não estou a reconvocar o mito do “génio”, porque entendo que criador é todo aquele que aprecia e

verdadeiramente recria uma obra de arte, por ex... a qual, em si, é apenas uma proposta oferecida a múltiplas reinterpretações, incluindo as do seu próprio “autor” inicial.

Há porém um conjunto de sobressaltos por que vamos passando na vida que seriam bem escusados, e que têm a ver com a improgramação, com o espírito de improviso, com o individualismo egoísta, com o “salve-se quem puder”, com a teia de influências e de “favores” através da qual alguns vão tentando efectuar alguma coisa de colectivamente útil, e que ao mesmo tempo os realize pessoalmente; teia essa que outros só criam para objectivos bem mais mesquinhos. As dificuldades e obstáculos, que encontra no seu caminho todo aquele que quer fazer algo de interessante e de perdurável, são tão grandes, que se revelam, à partida, excludentes, ou erosivos, de uma grande parte da criatividade das pessoas. Um “modus vivendi” destes não é democrático, é atentatório do melhor património que temos, individual e colectivamente.

É vital, para a libertação das energias positivas de uma sociedade, que os seus elementos não tenham apenas a capacidade legal de se associarem, de conceberem iniciativas, mas se sintam mergulhados num ambiente propiciador das mesmas.

5. Descobrir

Muitas pessoas têm uma ideia simplista e ingénua do que é a “descoberta” em ciência, e mais particularmente em arqueologia. Pensam, certamente induzidas por filmes e notícias sensacionalistas, que a “descoberta” é algo de instantâneo, muitas vezes protagonizado individualmente, e que consiste numa espécie de constatação súbita de um dado ou explicação que se revela em toda a sua evidência. Como sabem as pessoas mais preparadas nestas coisas, na realidade passa-se tudo bem ao contrário da imagem popularizada do Indiana Jones, ou do sábio, meio louco – meio génio, que vai de “eureka” em “eureka”.

Qualquer trabalho criativo é sempre produto de uma época, e portanto herda toda uma tradição anterior. Tanto em arte como em ciência, não se consegue fazer nada de jeito se não se estudar o que os antecessores nos deixaram. Por outro lado, há muita “transpiração”, muito trabalho, (de leitura, de observação), de estudo, primeiro que a “imaginação” possa exercer-se com algum sentido. Descobrir não é destapar um véu de coisa nenhuma por artes mágicas, é estabelecer uma conexão nova entre realidades antes separadas, ou isolar um elemento de observação antes não visto, e que só é pertinente porque pertence a uma rede de outras observações. E, muitas vezes, o que parecem novas explicações, ou teorias interessantes, vêm-se a revelar inválidas, porque não passam o teste da prova, ou, se quiserem, o teste da falsificação, como diz Popper. Para este autor, uma teoria só é “verdadeira” enquanto não for possível provar que é falsa, isto é, enquanto resistir a todas as tentativas de a demonstrar como inválida. Por isso, num certo sentido, a ciência tem mais a ver com o “erro” do que com a “verdade”. Em ciência, uma “verdade” é só um momento entre dois “erros”, ou, se se quiser, uma fase em que determinada ideia ou conhecimento ainda resistiu a todas as tentativas de refutação.

Assim, a descoberta não é um acontecimento, mas um processo, o resultado de uma sequência de actos encadeados no tempo, e que é produto, em geral, de um trabalho colectivo. Só os manuais “popularizados” de ciência apresentam as “descobertas” como ligadas a certas figuras que, em geral, se celebrizaram por condensarem, em determinada obra, toda uma pesquisa que demorou anos ou séculos a realizar-se. É evidente que há, em arte como em ciência, pessoas de talento muito diverso, e algumas figuras excepcionais que, devido a um conjunto de circunstâncias, emergem da massa de trabalhadores do saber

e conseguem, por vezes, fazer propostas que permitem dar saltos qualitativos em relação à ciência corrente, ultrapassando o paradigma até então dominante (Kuhn). Mas esses vultos talentosos não surgem do nada, são a tal condensação de um processo.

Em arqueologia, como noutros campos, a descoberta é o produto de um longo trabalho intelectual. Chamar a atenção para uma ocorrência potencialmente interessante, não é “descobrir” – mas pode ajudar muito os especialistas.

6. Mutações

Dantes, a vida baseava-se numa gradação de competências e de responsabilidades relativamente estável. Uma elite era treinada para decidir e dirigir; e todo um formigueiro humano executava. A componente rotineira do sistema, e a sua própria lentidão relativa, permitiam essa situação hierárquica e estável, porventura cómoda para os “mangas de alpaca” que, se ganhavam pouco, também se esforçavam pouco – eram apenas peças da máquina. E, fazendo o que deles se esperava, lá iam subindo de posto, por antiguidade – é certo que, a maior parte das vezes, com salários de miséria, e um quotidiano desencantado. Não havia estímulos ao esforço individual, nem condições para o exercitar com proveito.

As coisas são ainda, em grande parte, assim. Mas temos de convir que, felizmente, um número cada vez maior de cidadãos está consciente da importância vital de aceder a bens culturais e/ou a competências técnico-científicas que lhes permitam movimentar-se num mundo de contornos imprecisos, e onde o jogo se complexificou, premiando a iniciativa. Esta rápida transformação de mentalidades, em Portugal, traz também as suas perversidades – não houve tempo de criar uma ética de cidadania, mas toda a gente foi empurrada para um sistema de mercado aberto onde o que conta é o êxito e onde, não havendo educação para valores comunitários, tende a implementar-se o regime do “salve-se quem puder”.

Estamos a entrar num ambiente novo, onde o que é importante (para ganhar a vida, para nos auto-realizarmos) é ser-se mesmo competente em alguma coisa, vencer a “prova da prática”, e não apenas executar rotinas ou prognosticar “receitas”. A “teoria”, num certo sentido, acabou, deixou de ser sedutora – enunciar os problemas, mesmo de forma extremamente inteligente, não é resolvê-los. Pode até ser adormecedor, não obstante as boas intenções. Os autismos, num mundo inter-relacionado e onde todos os sub-sistemas estão em aferição constante uns pelos outros, pagam-se caro. Por isso é preocupante, por vezes, pensar como o ensino condiciona os estudantes, não lhes dando tempo, nem meios ou estímulos, para obterem uma gama de capacidades que lhes permita, no “mundo real”, conseguirem alcançar objectivos interessantes, recompensadores sob todos os pontos de vista. E esse “mundo real” não está apenas no fim do curso, como induz a tão famosa quão lamentável expressão “saída profissional” – está antes (quando se escolhe), e está durante o curso, tempo precioso para se obter uma formação diversificada, mas, claro, só com sentido e utilidade se não for imposta a cada um.

A gradação entre o essencial e o acessório, entre o decisor e o executor, entre a criatividade e a rotina, alteraram-se, e, de certo modo, tendencialmente esbateram-se. A “prova da acção” acaba por exigir muito de todos os intervenientes, e cria, por certo, novos excluídos, os que não aguentam a pressão do stress, e são atirados para a marginalidade ou a depressão.

7. Os três tabus

Disse um célebre escritor que existem três domínios da privacidade em que se pode “ferir” facilmente a sensibilidade de uma outra pessoa, e que portanto, concluo eu, se devem evitar abordar, junto de cada indivíduo, sem precauções extremas: o de Deus (ou o das suas crenças fundamentais), o do sexo (ou seja, da sua intimidade mais imediatamente materializável no “corpo”), e o do dinheiro (esfera profundamente imbrincada com a da liberdade de manobra de cada indivíduo, sobretudo numa sociedade em que esse é o último referente de valor). Possivelmente tinha razão – são tudo tópicos em que as pessoas evitam falar, a não ser em situações extremas; sobretudo se são pessoas dotadas de uma certa “cultura”, ou sensibilidade, ou condição social, em que a exigência de privacidade, e a concomitante contenção pública das pulsões mais profundas, geralmente aumenta.

Ao contrário, em âmbitos “populares” – uma procissão de aldeia, uma “missa” de certas seitas onde se dança, canta, etc., um ritual de cumprimento de “promessa” com sacrifício físico, entre tantos outros aspectos – a crença religiosa de cada um é publicamente manifestada, para não dizer dramaticamente encenada, diante de todos. A religião “popular” é uma forma fundamental de sociabilidade, bem diferente da experiência “religiosa” do “intelectual” (mesmo ateu). Quanto ao “corpo”, invenção e tema obsessivo da modernidade, o domínio de cada um sobre ele é muito relativo: basta estar-se doente para o “nosso” corpo ser objecto da observação, estudo, manipulação de todo o “sistema clínico”, do médico aos analistas e enfermeiros. Aí, o corpo perde todo o “segredo” que dele queremos conservar, toda a sua individualidade: fotografado, radiografado, observado por dentro e por fora, passa a fazer parte de uma cadeia de objectos clínicos onde a sua particularidade apenas reside na combinatoria específica de um conjunto de sintomas insertos numa taxonomia estabelecida. Quem já alguma vez se submeteu a uma intervenção cirúrgica, por ex., sabe como o corpo se transforma numa “praça pública”; só a experiência da dor ou o alívio desta são, verdadeiramente, pessoais e intransmissíveis.

Do corpo poder-se-ia dizer o mesmo que do dinheiro: é bom, enquanto não temos que pensar demasiado nele; de outro modo, transforma-se num pesado fardo. O que é facto é que o dinheiro que ganhamos e os bens que possuímos – excepto se pertencermos ao “clubes restrito” dos que são suficientemente ricos para poderem, se o desejarem (se não tiverem pejo disso), pagar a “tecnologia da privacidade” dos seus reais rendimentos – está em permanente escrutínio em todo o lado: nas contas bancárias, nas declarações para os impostos, nos documentos que acompanham um pedido de crédito, nos numerosos ficheiros informáticos onde esses registos se cruzam cada vez mais em rede, etc., etc.

De modo que a nossa privacidade, ou capacidade de reservar um domínio inviolável para exercício do “ego”, embora pregada como um direito aos quatro ventos, é de facto um bem muito escasso, se não mesmo mítico. Mais um paradoxo da modernidade...

8. Contradições

Há na vida contradições insanáveis. Com elas vamos construindo, arduamente, a nossa identidade pessoal, à custa de êxitos e de falhanços, de experiências duradouras e de outras efémeras. Num esforço permanente de equilíbrio, tenta-se a cada momento conjugar o indispensável sentido do risco com o senso comum também imprescindível para, cumprindo o que a sociedade nos exige, reservar o nosso espaço de tempo, de privacidade e de criatividade individuais.

Uma dessas contradições é, sem dúvida, a da consciência das nossas limitações – que leva à prudência, ao estudo permanente e ao adiamento de certos objectivos básicos – e a pressão a que somos sujeitos para emitir pareceres, intervir na arena social, tomar decisões imediatas. Um professor pensa sempre nisso ao começar uma aula: o sentimento de impreparação tem de ser recalcado para poder iniciar um acto de comunicação e de transmissão em que não pode mostrar tibiezas perante um auditório que espera dele a “palavra certa”, algum ponto de apoio para a trajectória de cada estudante.

Outra consiste na vontade de fazer coisas que deixem alguma marca na sociedade – realizações colectivas que permitam criar um ambiente de diálogo – *versus* o trabalho burocrático, pesado, que qualquer iniciativa sempre exige, com toda a carga de incompreensões e de quebras de solidariedade que não se esperavam à partida. Quem faz alguma coisa de válido acaba por ser criticado a torto e a direito; a quem está quieto, na mera gestão dos seus interesses pessoais, não se pede nada. Em geral, o sistema não premeia devidamente o esforço dos seus agentes mais activos e mais honestos. Conta mais a espreiteza, do que a inteligência. A manobra de bastidores sobrepõe-se à frontalidade. E há autênticos especialistas na manobra de despercebidamente, irem impedindo as pessoas de mais valor de realizarem os seus projectos, que seriam capitais para o “salto” que o país precisa de dar. Temos de conviver com a inveja.

Outro choque é sem dúvida o do encantamento do outro – na amizade, no amor, na paixão – e o correlativo desencantamento, gerado pela rotina, pelo convívio quotidiano, pela falta de tempo para manter a corrente da tensão criativa e comunicante. O stress a que todos hoje estamos sujeitos não permite a aproximação das pessoas e a emergência do que nelas há de melhor. As razões de uns embatem nas razões dos outros, não havendo ocasião para o encontro, para a verdadeira compreensão entre os seres. E a intolerância, o isolamento, quando não a traição, instalam-se. É pena que isso aconteça, às vezes, mesmo entre as pessoas mais válidas de que uma sociedade dispõe. Irrracionalidade do sistema, sua imperfeição estrutural, que lamina o que cada um podia dar aos outros de melhor?...

Aqueles que dispõem de instrumentos para tal, acabam por se refugiar na sua “obra”, naquilo que sentem que são capazes de produzir com alguma qualidade, na esperança disso poder, um dia, vir a ter algum eco social. Vivemos na expectativa de criar um património para o futuro, na imaginação de que ele será mais tarde reconhecido. Seres de projecto, prosseguimos um objectivo que às vezes parece autista. E que afinal radica na expectativa de seduzir, não já agora e aqui, mas algures e em relação a um alguém abstracto.

9. Ganhar o quê?

Se tudo o que é novo, exige tempo para ser absorvido, incorporado; e se, por outro lado, estamos numa sociedade da aceleração, onde há cada vez menos tempo disponível – é evidente que na nossa época se criou uma linha de fractura tremenda, que passa pelo interior de cada um de nós.

Outras contradições se podem discernir: somos todos iguais (pelo menos queremos sê-lo, no que toca a direitos e oportunidades), mas cada um de nós deseja ser cada vez mais diferente dos outros – os princípios democráticos e o individualismo contemporâneo não atingiram ainda um ponto mínimo de equilíbrio. Como é possível enraizar tanto a solidariedade como a auto-estima individual, fazer perceber que ambas são essenciais à nossa sobrevivência? O respeito pelo nosso semelhante ainda não se articulou harmonicamente, pelo menos em termos programáticos, com o respeito pelo dissemelhante (qualquer que ele

seja). A regra da maioria não convive bem com o facto dela própria engendrar, e exigir, minorias liderantes. A globalização cria novas “localidades”, novas identidades particulares, que podem parecer reivindicações absurdas; a modernização implica a sobrevalorização do antigo, do “património”, que muitas vezes parece corresponder a uma obsessão pouco saudável, fetichista, ou oportunista. Por todo o lado se reinventam tradições que são pretexto para comportamentos de barbárie – é antigo, é nosso, não nos pode ser tirado ou interdito. Estamos assim enredados num lodo de contradições – conseguimos diagnosticar os problemas claramente; mas eles são tantos, e tão sistemicamente imbricados, que cada resposta cria novos problemas, e não vemos o fim à meada. Quanto mais lúcidos, mais distantes da solução – eis a sensação com que por vezes vivemos. Como se transportássemos uma doença incurável com que tivéssemos de continuar a existir, na expectativa constante dela nos derrotar, nos destruir no âmago da nossa energia, do nosso impulso vital para durar, para produzir, para progredir.

Costuma dizer-se que estamos a passar de uma civilização da palavra – oral (durante milénios) ou escrita (nos últimos séculos, e mesmo assim só para alguns) – para outra, da imagem. Estamos a passar de um mundo da enunciação (ou da anunciação) para o do acontecimento (directamente experimentado, real ou virtualmente). Em parte é verdade, mas nunca se leu tanto como hoje. Nem nunca se aspirou tanto pela palavra curta, mas decisiva – é isso que é preciso em comunicação social, por exemplo, sobretudo em televisão, onde uma frase concisa pode ser mortíferamente certa (no bom ou no mau sentido). O que talvez haja de comum a tudo isto, é que todos compreendemos que estamos diante de um espelho. O mundo é um espectáculo, é uma representação, e para essa cena é, em princípio, convocada toda a gente. Ganha quem se aguenta lá mais tempo, atraindo a atenção dos demais. Mas, que significa ganhar? Ganhar sempre, é assim tão bom?...

10. A inveja

Num livro notável, intitulado “O Jogo da Identidade” (PUF, 2000), o psicólogo e sociólogo Prof. P. Moessinger (Univ. de Genève), depois de nos dizer que a identidade é uma espécie de “termostato social do indivíduo”, fala-nos de vários “mecanismos identitários”: a “redução da dissonância”, o “duplo constrangimento” (“double bind”), a “vergonha” e, finalmente, a “inveja”. Focalizemos este último conceito, tão interessante, por exemplo, para quem no nosso país se distancie visivelmente da mediania.

A inveja resulta da comparação desfavorável com um outro; este, supostamente, teria algo que o invejoso desejaria alcançar, mas não consegue. Tal sentimento surge, ou agudiza-se, em relação ao que está próximo; torna-se rival aquele que se desejaria imitar, ou com quem o sujeito se desejaria identificar, ou que almejaria substituir (para não dizer liquidar), por sentir injusta a diferença, o “algo mais” que o outro, sendo seu igual, logrou obter. Injusta, na medida em que, na sociedade pretendidamente democrática, todos se sentem iguais em direitos (incluindo o da construção da radical e específica diferença de cada um). Mas, já em relação ao que está muito acima, e é inacessível (a divindade, um soberano indiscutível num regime não democrático, os “ídeos” do “star system”, ou muito caseiramente os “vips” que aparecem nas revistas de grande consumo como se vivessem em felicidade permanente, num esplendor eterno) o sentimento gerado é outro: são modelos, alvos de admiração, que não se podem apear, e portanto se consideram inamovíveis, libertando os seres comuns do desconforto da inveja. Parece que certos indivíduos se tentariam guindar à condição de “intocáveis” ou figuras públicas “de sucesso” (“estrelato” económi-

co, político, artístico, desportivo) precisamente para fugir (como os aviões, quando ganham altitude) das zonas de turbulência onde domina a inveja ou o medo de, por algumas qualidades que se possui, a suscitar nos outros (auto-censura).

A inveja poderia ter um efeito estimulante (antecipar-se ao outro, para obter primeiro o que, nele, seria susceptível de vir a causar inveja), mas normalmente liga-se mais a uma sensação de impotência, a um ódio que pode ser destruidor. Na dúvida de, pela própria acção, se conseguir o que se pressente que o outro tem ou terá, o melhor é tentar removê-lo como obstáculo à progressão própria. Como se sabe, existem muitos modos hábeis de o conseguir, e há quem se “especialize” nisso (não dando demasiado nas vistas, para não provocar inveja). Quando se está numa posição de poder, uma das maneiras é promover medíocres, ou subservientes, para se neutralizar os mais criativos, e até potenciais concorrentes. Num sistema em que tanto progride o bom como o menos bom, tudo se confunde na mediania, neutralizando o novo.

Ao medo da inveja, devemos contrapor a solidariedade, como motor e valor da acção.

11. Vencer o absurdo

A situação da humanidade – e de cada ser humano em particular – parece, às vezes, totalmente absurda.

Para os que acreditam numa determinada religião, ou possuem uma ideologia “messiânica” forte, tudo está certo, ou há-de acabar por estar um dia. Mas não se pode obrigar ninguém a acreditar, mesmo naquilo que para nós é mais do que evidente – não seria uma atitude democrática. E, desde que o Estado se separou da religião, não é obrigatório pertencer-se a qualquer “igreja” ou partido, para se ser cidadão de inteiro direito. Pode mesmo ser-se ateu ou anarquista, totalmente individualista, desde que tal não choque, na prática, com qualquer regra legalmente estabelecida. A democracia implica, no seu cerne, um princípio de relativismo: ninguém tem a verdade absoluta, ou as fórmulas mágicas, porque senão não se justificaria a regra da alternância, o contraponto de ideias, a proposta e experimentação de programas diferentes, e o subsequente juízo popular. Neste ponto fundamental, democracia colide frontalmente com qualquer estilo de vanguardismo ou de iluminismo intransigente: o que “faz razão” e conduz a acção colectiva é o que a maioria exprime nas urnas. Às vezes isto custa a aceitar por parte de um “intelectual”, que, tendo passado a sua vida a pensar como é que as coisas deviam ser, com facilidade se torna intransigente. Para ele, a maioria dos seus concidadãos está sempre “um passo atrás” de si – ele vê mais longe, ou “sente” melhor, pois se especializou na análise das coisas, na antevisão do futuro, na fruição de objectos estéticos complexos e elaborados. A grande crise dos “intelectuais” da segunda metade do século XX (sobretudo no Ocidente) consistiu nisso – fazerem o luto da “verdade” ou das soluções que julgavam ter, da exclusividade da razão e do gosto que eram seu apanágio.

Muitos substituíram a religião, ou a crença numa “grande ideologia”, pela devoção incondicional à ciência. Esta foi-nos muito útil – deu-nos instrumentos para superar superstições, manipular o real, aumentar o conforto, curar doenças, deslocarmo-nos pelo mundo, aproximar a humanidade, sermos mais senhores de nós próprios. Mas a “ciência”, aliada da “arte militar” e dos grandes interesses económicos e geo-estratégicos, também produziu Hiroshima, os extermínios nazis, as guerras disseminadas por todo o lado. Ela não está fora da sociedade (como as religiões, enquanto entidades organizadas, também o não estão); é financiada num ou noutro sentido, e, muitas vezes, segundo critérios duvidosamente demo-

cráticos, que fogem absolutamente ao controlo da maioria dos cidadãos.

Se tudo é político, o aprofundamento da democracia – isto é, da participação crítica de todos no colectivo – passa por um desenvolvimento da educação, das condições de vida dignas, por uma disseminação da informação crítica que permita a cada vez mais pessoas estarem vigilantes. Só esta luta dará sentido a uma realidade que, às vezes, parece absurda, e é eticamente revoltante.

12. Num canto do universo

É bem conhecida aquela reflexão a propósito das “feridas narcísicas” do homem contemporâneo: de centro do mundo, onde dantes se julgava encontrar, passou a representar-se como ser exterior a esse mundo, e mesmo como ser exterior a si próprio, condição necessária para a emergência da ordem científica moderna, incluindo as chamadas ciências humanas e sociais. Foi mais uma etapa do processo de *separação* que a racionalidade ocidental operou. Copérnico começou a mostrar que a Terra não estava no cerne do cosmos, mas que era apenas um planeta rodando em torno do sol. Hoje podemos “ver” a realidade *sobre* a qual vivemos como um globo, um objecto externo à nossa consciência, e não como uma circunferência (ou conjunto de circunferências) que nos rodeia(m), ao contrário de muitas populações tradicionais, que julgavam habitar no centro da realidade, con-fundindo-se de algum modo com ela (T. Ingold). Depois, veio Darwin revelar que, afinal, toda a natureza era um produto histórico, e que a humanidade actual era apenas um resultado, entre outros, da evolução das espécies. Convenhamos que foi um choque profundo para quem antes se julgava criado directamente por Deus... hoje sabemos que o “Homo Sapiens sapiens” é apenas um primata, parente muito próximo dos símios, como o chimpanzé, o gorila, ou o orangotango. Por seu turno, Marx revelou-nos que, “quem fala por nós”, quando enunciamos um discurso, é a classe social a que pertencemos, e na qual nos formámos. Como se tal não bastasse, a psicanálise alertou-nos para que não somos de todo “senhores” de nós próprios, uma vez que aquilo que julgamos ser, ou pensar, é apenas um estrato superficial consciente, ilusório, que assenta sobre o mar profundo do sub-consciente e do inconsciente, que de modo algum controlamos. Estamos, pois, descentrados em relação a nós mesmos, perdidos no universo infindo e impensável onde a nossa consciência voga, tentando encontrar um sentido. Vemo-nos como uma máquina sofisticada (principalmente o nosso cérebro), e tentamos, através dos aparelhos “inteligentes” que criámos, forjar modelos do nosso próprio raciocínio e comportamento, na esperança (vã?) de alguma vez podermos compreender como funciona o complexo sistema nervoso de que somos dotados, e que a evolução seleccionou. A “inteligência artificial”, por um lado, a neurobiologia, por outro, e as reflexões sobre a interacção entre o real e o virtual, são outras tantas frentes de progressão do nosso descentramento.

Essa seria, para alguns “visionários” (no bom sentido do termo) a causa da última “ferida narcísica” do homem: a de se entender como uma máquina entre outras máquinas, particularmente quando os progressos da genética nos explicam, cada vez mais, como funciona a base orgânica de que é feita a nossa incrível complexidade e heterogeneidade, a partir de um conjunto de princípios muito simples. A pré-história, a paleontologia humana, e a genética, tiveram assim também, em todo este processo, um papel muito significativo – e criaram as raízes do que poderia ser uma nova solidariedade humana.

12. Palavra exposta

“No princípio era o verbo”, diz a nossa tradição bíblica. Sabemos bem o poder temível da palavra. Nas sociedades tradicionais, eram os homens que “tomavam a palavra” que tinham, em regra, o direito de conduzir os elementos do seu grupo, antes da instância política formal se ter constituído... e esse “antes” corresponde a 90% da história humana. Eram também eles que, normalmente, estabeleciam o elo entre os vivos e os mortos, entre este mundo e o outro, entre os deuses e as pessoas. Sob o estado de transe, as palavras que pronunciavam não lhes pertenciam: eles eram tão só o veículo de uma realidade primordial (mas subjacentemente conservada) que se reactualizava através do seu corpo, percorrido pela energia e pela “mensagem” original dos entes que tinham criado o mundo. O chamã, as suas palavras – tantas vezes incompreensíveis, transfiguradas por esse poder alheio que ele momentaneamente encarnava – corporizavam uma realidade outra, garante, pela sua transcendência, da suportabilidade da vida quotidiana, com a sua miséria e alegria.

Quando a palavra se plasmou em escrita – radical revolução – servindo para os vulgares serviços dos grandes deste mundo (contas, registo de acontecimentos gloriosos), não mais o fascínio da fala anunciática deixou de tentar resistir-lhe. Os profetas fizeram-no; os poetas também; e os actores, igualmente. Ainda hoje, na “civilização da imagem”, a palavra nos assalta por vezes na sua fascinação originária, quando se depura de todo o outro “ruído”, como acontece quando alguém desconhecido nos telefona e nos envolve na sua voz sedutora, ou quando, pela rádio, alguém diz algo de inesperadamente interessante ou comovente. Na palavra reside toda a intensidade do corpo, sobretudo quando esse corpo não está presente, e assim nos atinge fulminantemente na sua intimidade exposta.

Poder de palavra, que tremendo poder: souberam-no todos os políticos, sabem-no todos quantos, através dela, têm a capacidade de gerir o seu discurso, em público ou em privado, por forma a radicalmente seduzir. Essa “gestão” tem regras, claro; mas no “momento da verdade”, a palavra tem de “sair” do corpo com a “souplesse” de uma pulsão “natural”, como algo que apela para o espanto absoluto do verbo original. Este trabalho de representação é muito subtil e difícil, exige experiência e sofrimento, mas pressupõe sobretudo uma qualidade rara, que jamais aprende quem não possui esse *dom*. Quem fala e seduz, acaricia os imensos vazios da nossa intimidade; preenche uma espécie de expectativa que nos assiste toda a vida: a de encontrarmos (e de incorporarmos, e de nos confundirmos com) o radicalmente outro, o absolutamente transcendente.

Palavra, que fantástico património!

13. Factos e teorias

Uma distinção fundamental na ciência – e na filosofia, como no próprio senso comum – é a que se faz entre “facto” e “teoria”, entre realidade observável e interpretação dessa realidade. Um facto é algo que aconteceu, que irá com toda a probabilidade acontecer, ou que está perante os nossos olhos. Alguns autores defendem, aliás, que a esta “evidência empírica”, imediata, deveríamos dar o nome de “dado” – objecto de uma descrição, de onde poderíamos deduzir um facto, algo ausente: um facto histórico, por ex., que não podemos observar directamente.

Ao contrário, teoria seria já uma interpretação, correspondente a um determinado ponto de vista; colocada de modo afirmativo ou hipotético, estaria de qualquer modo situada a um nível diferente do facto. O facto regista-se segundo um protocolo estabelecido

e aceite pela comunidade, garantindo “objectividade”, isto é, verificabilidade por outrém; uma teoria rege-se também por normas, mas situa-se mais do lado da intuição, convocando uma mais ampla gama de capacidades e, portanto, uma certa dose de subjectividade. As regras da análise seriam, até certo ponto, mais fáceis de estabelecer do que as da síntese; umas e outras seriam, de qualquer modo, de naturezas muito diferentes. Para um empirista convicto, os factos têm muito maior perdurabilidade do que as teorias – estas envelhecem, ou são mais cedo ou mais tarde ultrapassadas, mas os factos “solidamente estabelecidos” mantêm-se.

Os autores que se têm contraposto a este positivismo – que na prática assume muitos matizes, e impregna o senso comum – advertem para que as regras da “objectividade” são, evidentemente, um conjunto de convenções. E que só vemos aquilo que, de certo modo, estamos preparados para ver; por isso, muitas das nossas observações são, até certo ponto, “confirmações”. Por maior que seja a nossa atenção à novidade, e vigilância auto-crítica, a nossa preguiça é infinitamente maior do que a nossa capacidade de permanentemente nos surpreendermos. Assim, aquilo que é, para cada um, evidente, que está “diante dos seus olhos”, não é assim necessariamente para outra pessoa, mesmo que esteja ao seu lado. A fotografia ilustra bem isso: nada mais irreal, na sua imutabilidade, do que a foto que fixa a fluidez do real. Funcionamos dentro de “paradigmas”, que nos legitimam habitualmente naquilo que é aceitável como “factos”, e na gama de “teorias” que, de algum modo, se esperam de nós – que são plausíveis.

Poderíamos também assumir que entre “factos” e “teorias” não há qualquer distinção de fundo, ontológica, mas tão só situacional. A relação entre uns e outros é dialéctica. Quer dizer, aquilo que nos pode aparecer como facto – isto é, como evidência comprovada – a um determinado nível, pode ser, já, uma teoria aplicável a um plano mais “baixo” de abstracção; e aquilo que nos surge como teoria, pode por sua vez funcionar como “facto” num plano mais elevado de elaboração... Ver e interpretar são coetâneos.

13. Filosofia e acção

Como acontece em muitos outros âmbitos, a força da filosofia – entendida como uma actividade de permanente tentativa de clarificação de conceitos basilares, verdadeiros pilares da acção e de todo o restante conhecimento – é também a sua fraqueza.

A força está na clareza, na elegância dos conceitos e das argumentações, no seu carácter totalizante, sistematizado, dando-nos a ilusão da abrangência e a sensação de poder ver tudo, como num mapa ou num ponto muito alto. A fraqueza está na ilusão que isso tudo constitui – por mais organizado, claro, preciso, complexo, que seja um pensamento, ele é sempre contingente: o de uma pessoa concreta, a raciocinar num dado momento da sua trajectória e da história humana; uma insignificância que, no entanto, se investe, quase, da grandeza do divino, nos seus enunciados, como se estes tivessem, pela sua própria força, pela pulsão que os anima, capacidade de mudar o real...

Talvez seja pela consciência desta intrínseca contradição que – sobretudo no mundo contemporâneo, em que a capacidade do “intelectual” influir na realidade se revelou totalmente limitada – certos “filósofos”, ou “pensadores”, apostam na acção, como se tentassem encontrar aí, na vertigem da luta ou do jogo político, e eventualmente na posição solitária do “príncipe clarividente” (quando conseguem alcandorar-se a tal situação), a fusão entre a inteligência e a possibilidade prática de fazer inflectir a realidade na direcção que visionam como a mais perfeita.

Velha tentação de associar, num só agente social, o saber e o poder (figura mítica do “príncipe sábio”), quase sempre dissociados na experiência histórica. Porque o poder que o saber procura é tendencialmente atemporal, duradouro, capaz de se impor aos outros pela sua perfeição como objecto intelectual; e o saber que o poder procura é instrumental, tático, fluido, impondo-se aos outros pela habilidade do jogo, que é sempre um campo de forças. São duas atitudes tendencialmente diferentes. Partem de pressupostos diversos.

O saber da filosofia valida-se pela sua coerência interna, pela sua racionalidade própria; o saber da política valida-se pelo êxito dos lances, ou seja, por uma lógica que é exterior a cada um dos jogadores individualmente considerado, que é alheia ao “acerto” interno das propostas ou jogadas desse mesmo indivíduo.

Para o filósofo, a verdade (a sua verdade, claro) é um cristal brilhante, que ele trabalhou longamente e orgulhosamente exhibe: é um produto do seu labor intelectual, que ele mostra em toda a sua verdade e transparência. Mesmo que essa verdade consista em dizer-nos que “a verdade” perdeu muito do seu antigo prestígio, inaugurado com as Luzes.

Aquilo que o político sabe, como qualquer jogador, por definição não o revela; a “verdade” do que diz em cada momento é calculada pelos seus efeitos numa sequência estratégica. O político convive com a “manhã”, que pode justificar eticamente como estratégia para atingir fins que são os do “bem comum”.

Cedo portanto o filósofo se pode emaranhar na acelerada teia do real histórico, muito mais espesso e perfidamente hábil do que antes parecia, e cujas malhas escapam à sua vontade.

Então, estrategicamente, pode recuar para uma posição de observador crítico. A sensação de solidão acentua-se; afinal o que é para ele imperiosamente evidente não se cumpre na acção prática; o seu sistema, tornado projecto ou estratégia, não consegue implantar-se.

E o ego ferido do “filósofo” – como de qualquer pessoa para quem a “explicação” da realidade continua, em última análise, a ser mais importante, apesar de tudo (e apesar do que disse Marx) do que a sua transformação – pode tornar-se amargo. Mas as perguntas são ainda, para muitos, mais importantes do que as respostas, o formular das questões mais interessante do que a sua resolução – na medida em que o formular correcto de um problema é meio caminho andado para que, um dia, ele venha a ser superado. E é esse “um dia” que nos faz continuar a viver.

Quem ri no fim (qual fim?) ri melhor, poderá sentir e pensar o que, tendo-se consagrado à coisa pública num determinado momento, depois se viu incompreendido e abandonado. Porque o que é importante é “dar a volta” às situações, e continuar a construir (construindo-nos) à escala que nos for possível. Ter um projecto, mesmo que ele tenha passado de global a sectorial, ou a puramente individual.

15. Vocações

Entre as actividades a que se dedicam os seres humanos que dispõem de alguma “bagagem cultural”, ou poder simbólico que lhes permita aspirar a ser actores sociais determinantes, poderíamos tentar distinguir, muito esquematicamente, quatro tipos principais. Estes “tipos ideais”, como sempre acontece, estão, na prática, imbricados uns nos outros – são meras figuras teóricas.

Um primeiro grupo tem a ver com a política, e com todas as actividades interventivas em que à razão e ao conhecimento das questões se tem de associar a posição do “jogador”

no teatro de acção: quem vence é não só quem “convence”, mas quem é capaz de concitar um conjunto de alianças e de cumplicidades (até pela passiva).

Às actividades de um segundo grupo chamaria “expressivas”. Têm como protótipo a “performance” artística, no seu sentido mais lato, mas poderíamos integrar neste campo todas as actividades desportivas de exibição, relacionais, comunicacionais, que visem “convencer” o(s) outro(s) pelas qualidades de um certo desempenho, pelo seu “brilho”, pela adesão (também emocional) que possam suscitar. Neste caso, o “criador” ou agente da actividade, realiza em público, ou em privado (neste caso, com posterior divulgação) um acto “expressivo”, que é susceptível de atrair a atenção (e a admiração) dos seus interlocutores ou espectadores. Por ex., a actividade do “professor” passa por aqui; mas também, certamente, a de qualquer “sedutor” (ou sedutora!) com qualidade... O que interessa é “agarrar” um auditório (ou interlocutor), pela força, ou capacidade atractiva, da acção em si. Visa-se uma identificação relacional directa.

A um terceiro grupo de actividades chamaria “argumentativas”. A actividade filosófica tem aqui o seu cerne. São acções interpretativas, que se baseiam numa teia de conceitos articulada, e que visam negociar sentidos, provocando a adesão, o convencimento do outro, através da identificação, digamos, “racional”. A vontade é a de estabelecer uma clarificação onde antes existia confusão, uma partilha ordenada de sentidos que permitam o caminhar comum por um mundo que se assemelhe a um cosmos, embora possa estar em permanente mutação.

Um quarto grupo, finalmente, relacioná-lo-ia com o cálculo, tipificado na matemática ou na lógica (sobretudo na lógica matemática). Trata-se de depurar o real, simplificando-o em “fórmulas” passíveis de funcionarem como operadores de uma manipulação abstracta do mundo. Esta atitude pressupõe uma axiomática, e um conjunto de regras bem definidas, por forma a convencer pela “verdade insofismável”, ou a produzir modelizações da realidade que permitam actuar sobre esse mundo físico de forma planeada e eficaz, com perfeita identificação entre o objectivo e o resultado a atingir. Mais do que convencer, o cálculo visa a adequação perfeita ao real pela prova da prática, e nesse sentido “fecha o círculo” do nosso esquema, na medida em que se aproxima da política (demonstrar razão pelos resultados obtidos).

16. Experiências

Cultura, sua divulgação, sua publicidade (ela também já apresentada como um campo de criação cultural...), eis um conjunto de tópicos que seria interessante equacionar em conjunto. É evidente que há aqui aspectos que são do domínio da psicologia, da psicanálise, das ciências da comunicação, da antropologia e da sociologia da cultura, cujos detalhes ou subtilezas me escaparão. Mais do que ser exaustivo, procuro deixar sugestões de reflexão.

Como sabemos, a publicidade funciona na lógica de provocar primeiro um desejo, de criar uma apetência. Mais do que “ir ao encontro de”, ela antecipa-se a um conjunto de desejos, apresenta propostas de experiência, que muitas vezes correspondem ao contrário daquilo que é a vivência normal, ou acessível, ao comum das pessoas. Mas o trabalho do profissional desta área consiste em descobrir quais são essas “vontades de experiência” (transmutações vivenciais, realidades míticas, sonhadas), pelas quais as pessoas subconscientemente anseiam. A publicidade apresenta-lhes não tanto o produto, mas algo de muito para além dele, toda uma atmosfera, toda uma proposta de sedução, que se dirigem à cria-

ção desse desejo. Uma vez “instalado” esse espaço nas pessoas, ele está preparado para ser colonizado pelo(s) produto(s) (cada vez mais estes se apresentam como “kits”, isto é, como conjuntos). A pessoa vai depois comprar para preencher o espaço vazio que lhe foi assim laboriosamente construído.

Às vezes, assalta-nos a pergunta: como é que podemos criar o “desejo cultural”, atrair os públicos?... Depende, evidentemente, de que (ou para que) “cultura” falamos.

A maior parte das vezes, hoje em dia, o que todos nós vamos procurar no “mercado” são coisas largamente partilhadas, são denominadores comuns a todos os cidadãos. E talvez fosse por aí que se tornasse interessante pensar o que é a cultura contemporânea, como cultura de massas, como um conjunto de “bens” e de vivências que nos fascinam a todos, e que todos acabamos, em dozes maiores ou menores, em “protótipos” ou em “imitações”, por “consumir”.

Que é que nos fascina a todos, de facto? Quais são, em nós, os “espaços vazios” por cuja “colonização” ansiamos? O cinema, as viagens (e toda a mitologia que os rodeia), os parques de lazer (como a Expo 98, por ex.) dizem-nos muito sobre isso. Enunciemos apenas alguns tópicos. A disponibilidade absoluta em termos de tempo (indiferença em relação ao mesmo). A ubiquidade, ou capacidade de instantaneamente nos mudarmos de um espaço para outro (fluidez), e a independência perante condicionalismos materiais. A antecipação em relação ao que acontecerá, ou seja, a onisciência, a “colonização do futuro”. A sedução instantânea, relacionada com o culto da imagem, promessa de poder absoluto, de domínio sobre o outro (desfiles de moda). A totalidade (não só a abundância), concretizada, por ex. na colecção (de objectos de arte ou de simples recordações), símbolo de eternidade. É o que nós projectamos nos actores de cinema, e é o que nos é prometido a nós todos, hoje. Como consumidores culturais, vivermos a experiência do divino, sermos, cada um de nós, deus. À medida que o “transcendente” recua para versões mais subtis, ou longínquas, ou – para muitos – deixa mesmo de ter qualquer sentido, cada um de nós quer ocupar esse lugar. A experiência de deus (que sempre foi suposto ser único e indivisível) está à venda no centro comercial (ou, se você for mais sofisticado, no museu ou na sala de espectáculos), “especialmente para si”.

17. Dois mundos

Numa das suas crónicas, Eduardo P. Coelho sublinhava algo bem sabido, e evidente (mas a que ele dava a sua habitual clareza): tudo quanto é novo, tanto no campo estético, como no científico (como no do pensamento em geral) não é imediatamente apreensível por uma parte do público. Há um desfasamento temporal constante entre os resultados recentes de uma “pesquisa” – no sentido mais geral e abrangente do termo – e a sua apreensão e fruição pela generalidade das pessoas. Trata-se de dois “ethos” diferentes: a investigação busca o conhecimento, a surpresa absoluta (tanto quanto ela nos é possível a nós, seres humanos) e por isso se embrenha para lá das fronteiras do domesticado, do habitual. É um comportamento de risco, que às vezes envolve mal-estar.

A maior parte dos cidadãos, que não realizam durante o dia trabalhos particularmente estimulantes (as rotinas são o que mais abunda) procura aproveitar os momentos livres para se libertar do mal-estar que já tem de sobra. O seu objectivo é reconhecer, é “consumir” (como agora se diz, numa redução de tudo a algo que tem uma desagradável conotação gastro-intestinal), é domesticamente entreter o tempo, e não ir ao encontro de novos mundos. Falta-lhe a imaginação e/ou o dinheiro; ou a imaginação que o dinheiro permite; ou

os instrumentos de se representar como actor num mundo onde, a maior parte das vezes, é apenas um figurante assumido. Aceita-se como espectador do que outros fazem; está-lhe vedada a excitação do risco. Vai antes, por exemplo, chamar a si simulacros desses “mundos” através do pequeno visor que tem em casa, esse aparelho-suporte do “voyeurismo” programado que é a televisão.

O artista, o pensador, o cientista – sem fazer deles mitos – respondem a impulsos fortes, que os envolvem, que por vezes os atormentam, que os arrastam numa dinâmica frequentemente imparável: o gosto de entrar (mesmo que só mentalmente) em terrenos nunca antes percorridos. Essas pessoas têm uma forte auto-estima, estão conscientes da sua individualidade, da sua especificidade irrepetível. O cidadão comum, no seu anonimato, faz uma gestão do entretenimento: ele quer, antes de tudo, divertir-se, distrair-se, “passar bem”. Caricaturalmente, em termos de tendência, podemos aceitar esta polarização. É evidente que todos nós temos muitas faces, e que (para bem de um certo equilíbrio) mesmo nos mais criativos de nós há uma forte componente de “cidadão comum”, de indivíduo que quer as coisas comezinhas que todos os outros querem. E, se vistos de perto, esses elementos do “povo”, que certos “intelectuais” tradicionalmente tendiam a simplificar, talvez não sejam assim tão passivos nem simples como isso. O sonho da fama e do dinheiro (intimamente associadas no imaginário popular) é geral. Há é duas culturas (duas classes) que ainda não comunicaram entre si, que estão apartadas por ancestrais divisões, distinções, exclusões mútuas.

18. É tudo urgente

A “cultura”, todos o sabemos, tornou-se hoje uma realidade envolvente; tal como, noutro plano, o “ambiente”. Todos esses aspectos, na realidade, se interligam, na vida quotidiana dos espaços e das pessoas concretas que os habitam. Toda a natureza está antropizada; não existe um km² do planeta que não tenha sido afectado pela acção humana. Por outro lado, tudo é cultural, no sentido de que todas as actividades dos indivíduos estão embebidas de sentido, e veiculam valores, conscientes ou não. Sempre assim foi; mas, digamos que, hoje, estamos mais despertados para esta realidade antropológica, que mergulha as suas raízes no passado das comunidades e dos países. Essa história multifacetada nunca se processou num vácuo; partiu de realidades herdadas, e gerou-se em íntima articulação com o espaço, com as condições ambientais, com os recursos disponíveis num território local, transformado em lugar habitável pelo esforço humano e pelas diversíssimas representações desse espaço que as comunidades foram gerando, fruto da sua experiência, transmitida de geração em geração.

Infelizmente, a tradição administrativa faz com que a acção dos governos se espartilhe por ministérios, por departamentos verticais, e que cada um deles procure gerir a “fatia” de realidade que lhe está cometida pela lei. O “planeamento e ordenamento” do território fazem-se num lado; o “ambiente” (sobretudo no sentido da conservação de certos equilíbrios em ruptura) é alvo da atenção de outras instâncias; e a “cultura”, finalmente, trata dos espectáculos e da criação contemporânea, por um lado, e do que se convencionou chamar “património”, por outro. E ainda podíamos convocar aqui outras “esferas” de acção, como a da ciência, que é também uma envolvente, como é óbvio, num mundo onde as aplicações tecnológicas mais sofisticadas fazem parte do quotidiano de todos os cidadãos, e os afectam profundamente, para melhor ou para pior; mas também, e sobretudo, como componente cultural indispensável, formativa do conjunto da personalidade e do comportamento.

Hoje tudo se interpenetra, tudo é igualmente urgente, e uma política de modernização (todas se apresentam como tal) tem de “atacar” todas as frentes ao mesmo tempo, contrariando a estabilidade tradicional das estratégias, que sempre consistiram (e consistem) em estabelecer prioridades. Face à escassez dos recursos, administrar significa sobretudo avançar em certas direcções, deixando outras de parte. Ora, no mundo actual, essas opções são difíceis – encontrar para cada sector o “nó górdio” que, se não for cortado, reproduz situações que se querem ultrapassar, assistindo-se frequentemente a que uma boa intenção acaba por produzir efeitos contrários aos pretendidos. As palavras “fundamental”, “urgente”, “proritário”, “grave”, disseminaram-se a todas as frentes da acção política. Outro paradoxo da actualidade...

19. Surpresas

Numa palestra recente, o meu amigo Augusto Santos Silva (agora no árduo cargo de ministro) disse que formas culturais são todas as formas de investimento simbólico, estético, expressivo, e que todas elas partilham de uma potencialidade equivalente. E acrescentou que, hoje em dia, é difícil definir o que é que, nessas expressões, é mais importante; se, por exemplo, a música clássica, ou o jazz. É evidente que, nessa linha, poderíamos também perguntar se é mais significativo o jazz ou a música rock, e, adentro das formas da música rock, quais são as mais interessantes e quais as que não passam de eventual ruído... e por aí adiante. Aquilo que, de facto, nos torna hoje um tanto ou quanto perplexos, é justamente esta miscigenação de sentidos (ou a tão apregoada relativização de valores), esta indiferenciação do que é cultura e do que não é, do que é arte e do que não é. Uma leitora do “Público” insurgia-se há tempos relativamente à exposição com que abriu o Museu Nacional de Arte Contemporânea, em Serralves; tinha-se deslocado de propósito de Lisboa, e afinal, de obras de arte, tinha visto pouco... a atitude tem muitos antecedentes.

De que estamos a falar quando falamos de cultura? Costumamos dividir convencionalmente as coisas: há a cultura erudita, quer científica quer artística, a “cultura popular” (que de certo modo é um resíduo, visto que se desvanece com o progressivo desaparecimento do mundo rural tradicional), e a “cultura de massas”. Mas, como é que essas várias culturas convivem, se imbricam, conflituam, e eventualmente se conciliam, ou comunicam entre si? A cultura “erudita” tem formas tradicionais de aferição de qualidade – mas mesmo essas, no nosso século, têm sido muito debatidas ou até contestadas. Quem certifica, em última análise, a qualidade, ou a genuinidade, de uma obra? Evidentemente que não há nenhum supremo tribunal do valor para, em última análise, julgar e decidir. Tudo depende de um conjunto de actores sociais influentes, de um jogo de forças muito subtil, a que teias de influência, “lobbies”, a publicidade, e o mercado, não são estranhos.

Sempre que uma obra se apresenta ao público, o seu êxito resulta em regra da satisfação de uma certa expectativa. Porque a maior parte das pessoas (exceptuada uma minoria), vai a um evento cultural à espera de encontrar algo de que já gosta. Com dificuldade aprecia ser surpreendido. Uma certa “cultura da surpresa”, quer dizer, a disponibilidade para a descoberta total, e até para um certo esforço (para não dizer sofrimento), que às vezes, ao princípio, uma obra nos provoca, continua a ser apanágio de uma minoria. Da tal cultura erudita ou de elites. E é essa questão que se nos levanta hoje, numa época de democratização da cultura. Como é que se democratiza essa capacidade de espera, essa predisposição para a aprendizagem do gosto? Como é que é que nós, habituados a re-en-

contrar o que já apreciamos, nos preparamos para a surpresa absoluta? Paradoxalmente, é esse efeito de encantamento surpreendente o que nos seduz numa nova experiência.

20. “Gerir” a “cultura”

Conjugar a “gestão” com a “cultura” parece ser um desafio novo, que ainda incomoda muita gente. Talvez porque, tradicionalmente, a palavra gestão se articulava com “gestão financeira”; e “cultura”, com aquilo que antigamente se designava “alta cultura”, ou seja, a cultura de elites, científica ou humanística. Todas essas dicotomias estão em transformação; e nenhum dos conceitos se pode encarar nessas acepções estritas, segundo as quais, de facto, o seu “casamento” não pareceria fácil. E não pareceria fácil, porque gestão tratava de dinheiro, de interesses imediatos; e cultura tinha a ver com outros valores, mais essenciais e mais distanciados desses interesses, sendo precisamente aquilo que contribuía para humanizar as pessoas, libertando-as da esfera mesquinha da “necessidade”.

Gestão tem agora um sentido muito mais global – significa tudo quanto diz respeito à adequação de meios (humanos, técnicos, materiais, sempre limitados) a fins (desejavelmente sempre ambiciosos), ou seja, com o estabelecimento de uma estratégia que permita obter o máximo de resultados a partir de um conjunto de condições previamente equacionadas. Gestão conjuga-se bem, portanto, com planeamento. A partir de um diagnóstico de situação, de uma inventariação de questões a resolver, trata-se de estabelecer um conjunto de prioridades – uma política, no sentido nobre do termo, ou, se quisermos, uma estratégia – que permita, a prazo, a satisfação das insuficiências diagnosticadas, ou seja, a resolução de problemas ou a superação de bloqueios. Nesse sentido, gestão e administração (mais uma vez numa acepção ampla) vão a par, de certo modo confundem-se.

A partir da tradicional dicotomia cultura de elites/cultura popular, muitas miscigenações se têm produzido. A “cultura popular”, tal como foi conceptualizada pelos autores do séc. XIX, em busca das “raízes da nação”, é hoje um resíduo, identificado com uma herança etnográfica, muito conotada com o mundo rural. Mas, com o desenvolvimento da urbanização, por um lado, e com os meios de comunicação, por outro (nomeadamente a rádio e a televisão, mas também a imprensa escrita – com óbvia hegemonia da TV) desenvolveu-se uma “cultura de massas” largamente partilhada pelos cidadãos. Essa “cultura de massas” – tão bem expressa no turismo, por ex. – enxerta-se entre os elementos da tradicional dicotomia vertical, e tende a colonizar horizontalmente mundos antes apartados. Constituem-se, nesta nebulosa, múltiplos hibridismos, desde o leitor de bons livros que não dispensa um espectáculo de futebol, até ao melómano de ópera que também aprecia um concerto de rock; e, todos, consomem espaços de lazer, que vão desde parques naturais a feiras internacionais, como a recente Expo 98. Mas esses espaços podem ser vividos de acordo com motivações muito diversificadas.

É este universo multimodo das “culturas”, e já não da “cultura” (no singular), que as sociedades modernas têm hoje que gerir, desde os ministérios ditos da Cultura, até às pequenas colectividades locais.

21. Perversas dicotomias

Por vezes, recorrentemente, vem a público a opinião de que o Estado (e mais especificamente o Ministério da Cultura) se deveria concentrar naquilo que alguns chamam o

“núcleo duro” da cultura: ou seja, o património no seu sentido estrito (arquitectónico, arqueológico, etnográfico, etc.), os museus, enfim, tudo quanto dissesse respeito à “identidade nacional” entendida como fenómeno herdado (conceito muito discutível, mas enfim...). Aí residira fundamentalmente a obrigação intervencionista do Estado.

E a outra faceta da “política da Cultura” – a criação contemporânea (artes, espectáculos, etc.) – deveria ser deixada à livre iniciativa da “sociedade civil”. Esta noção, com a qual estou em profundo desacordo, e que aliás, é contrária à que tem sido, felizmente, seguida, nos últimos anos, pela entidade competente, assenta numa perversa dicotomia. Essa dicotomia, caricaturalmente falando, baseia-se na ideia de que existiria uma cultura “morta” e uma cultura “viva”; a primeira, pelos investimentos que exige, em investigação e obras, deveria ser predominantemente assumida pelos poderes públicos. A segunda, entrando na esfera da livre iniciativa, permitiria ultrapassar uma tradicional dependência dos criadores em relação à subsidiação, pressupondo-se que o mercado possibilitaria, a prazo, filtrar o que interessa e o que não interessa ao público. Tratar-se-ia, entre outros objectivos, de cortar com uma certa tendência clientelar que vem de longe, e que a dependência do Estado pode, permanentemente, alimentar.

Por vezes, esta dicotomia assenta também na ideia de que esse mesmo Estado tem, por obrigação primeira – nomeadamente através de parcerias com o Ministério da Educação –, divulgar a cultura, e ir contribuindo para a fixação e expansão de públicos, isto é, para a criação de um verdadeiro mercado neste domínio. Chega-se, por vezes, a dar como exemplo o preço que custa um filme, argumentando-se que, perante um orçamento limitado, por cada obra de um realizador consagrado que se subsidia (e aqui, inevitavelmente, vem à baila o nome de Manoel de Oliveira), ficam no limbo uma série de novos potenciais autores, porque os meios disponíveis não chegam para que eles possam sequer emergir.

Quem pensa assim, esquece-se de que, num país como o nosso, onde as “indústrias da cultura” são ainda embrionárias, onde não há um verdadeiro “mercado” neste sector, onde muitas actividades, pela sua natureza, não podem dispersar o apoio do Estado, não se pode pôr “todos os ovos no mesmo cesto”. Património é tanto um mosteiro medieval, como uma peça de teatro a que se dá hoje vida sobre um palco. Num caso e noutro, não são as materialidades, construídas hoje ou herdadas (os edifícios, os equipamentos) que valem por si, é o que delas se faz – e isso é que é uma cultura viva, criadora, promotora de públicos diversificados. Um sítio arqueológico ou é um local de usufruto público, e de reencontro com a história, recriada hoje, por pessoas vivas; um texto literário, ou é alvo da leitura de um número crescente de pessoas – ou então são, ambos, realidades abstractas, vazias de conteúdo e de verdadeira utilidade. Mas, dar “utilidade” a esses valores não é precipitar soluções, fornecer condições de recepção dos mesmos de má qualidade, improvisar. Implica trabalho, trabalho inovador.

Património é criação, criação é património.

22. “Tirado do natural”

Os conceitos de “natural” (o mundo não humano ou, se quisermos, o mundo na sua generalidade) e de “cultural” (a realidade construída pelos seres humanos, por contraposição, ou adição, àquele “mundo”) balizam em grande parte o nosso pensamento, pelo menos o nosso pensamento comum, todo ele construído com base em pares de opostos (numa lógica binária, simples): racional/emocional, individual/colectivo, etc.

A maior parte das vezes, para podermos pensar alguma coisa de interessante, passa-

mos a vida a esbracejar dentro desse novelo de conceitos dicotómicos em que estamos “formatados” (como se diz na informática), e de onde dificilmente a nossa imaginação consegue sair, mesmo quando criticamos tal espartilho.

A própria palavra “natural” aponta para uma duplicidade de conotações contraditórias. Usamo-la em regra para legitimar acções, ou instituições, ou comportamentos, que na verdade têm tudo de convencional (de “cultural”), como no célebre anúncio que aludia a que “o natural é que um preto use carapinha, e não uma cabeleira loura”, ou algo assim.

“Natural” é o “locus” da legitimidade, daquilo que já existia antes de nós, seres humanos, e portanto pertence à ordem do mundo, se é que não foi criado, ou sancionado, por Deus. Por isso “a natureza” – com a sua conotação “verde”, nova cor da pureza, ao lado do branco – é uma fonte de imaginação largamente espalhada, como se vê na publicidade, que, como se sabe, nos vende emoções, lubrificantes da vontade de consumir produtos. A voga de interesse do “património natural” insere-se nessa linha.

Mas “natural” é também um domínio que se conota com algo de perigoso, de primitivo, de pré-humano, de pré-civilizado, de jamais dominado, apesar de todos os nossos esforços. Daí o uso que as pessoas fazem de adjetivos como “arqueológico”, “pré-histórico”, ou, mesmo, “jurássico”, para denegrir opiniões ou atitudes alheias, consideradas indefensáveis, toscas, simplistas, ultrapassadas.

O “espanto” perante o diferente, e a dificuldade de o conceptualizar, vem dos primeiros momentos de contacto da civilização europeia com as restantes (sobretudo com o absoluto Outro, que foi a América): bons selvagens, sobreviventes do paraíso primitivo (seres naturalmente bons), ou perigosos selvagens, próximos dos animais (teriam alma?), sanguinários e, mesmo, canibais (seres naturalmente maus)?

É que a natureza tem esses ardis, transforma-se, é algo que apela e que repele, algo que tranquiliza e que assusta, algo que serve para legitimar, mas também para condenar.

Os que julgarem que isto não tem nada a ver, por exemplo, com “património” – que é a área, supostamente, da minha competência – estão, do meu ponto de vista, enganados.

23. Ver

Vivemos numa civilização do olhar.

Ainda recentemente, em entrevista à RTP II, Simonetta Afonso lembrava que o papel do museu é, precisamente, o de educar a visão. A partir de objectos (muitas vezes retirados do seu contexto original, mas não forçosamente), trata-se, por parte do “conservador”, de servir de intermediário entre eles e o público, criando uma cenografia, uma atmosfera, em que tais objectos possam adquirir uma significação para o visitante de hoje. Conjugando o educativo e o lúdico, e dispondo do conforto de um sítio que não pode ser de sacrifício (extenuação do corpo e cansaço do olhar), mas de aprazível reencontro, permanente redescoberta e deambulação ou repouso (contrariamente à visita pretendidamente única e exaustiva), através da articulação de uma multiplicidade de serviços.

O cenário, a paisagem, o monitor (de computador, de televisão, qualquer dia também acoplado ao telefone), o écran, o palco, estão no centro da vida contemporânea. Onde, como se sabe, o espectáculo é paradigma, no qual a própria paisagem se virtualiza, por força igualmente da rapidez com que as imagens perpassam na retina, simultaneamente sub-reais e hiper-reais. O próprio condutor do automóvel mais não faz do que, perante uma realidade fluida e panorâmica (permitida pela concepção dos vidros e espelhos, de modo a que o pequeno habitáculo se abra para o exterior), em permanente mutação, accionar um

conjunto de comandos, por forma a movimentar-se, de forma mediatizada, entre uma imensidade de estímulos, em que a atenção visual é básica. Janelas que abrem para outras janelas, numa sucessão infinita – eis a nossa experiência quotidiana, onde, diante de uma imagem que se desdobra permanentemente à nossa frente (seja na estrada, seja na Internet), o olhar domina (ou tem essa ilusão). Realidade panóptica, onde somos permanentemente olhados (vigiaados) e onde, cada um de nós, aspira também, utopicamente, a ver tudo (abrindo a cada passo janelas para novos espaços e assim sucessivamente), a compreender tudo, a sintetizar tudo – a uma velocidade quase alucinatória.

Por isso um filme como “2001 – Odisseia no Espaço” se pode considerar como tipificando a postura contemporânea – perante a incógnita que subitamente se dá a ver na sua crua (i)rrealidade, o olhar humano tenta perscrutar o universo. É essa abertura para o futuro, essa espécie de vida debruçada sobre o devir, tentando adivinhar, tentando antecipar, que melhor nos caracteriza hoje. E que nos distingue radicalmente das máquinas que mimetizamos – porque, ao contrário delas, não cumprimos um algoritmo pré-determinado, mas, como seres de memória e de projecto, vivemos um presente que é um ponto de fuga de dois movimentos sugadores, opostos e complementares: o do passado que se esvai, e o do futuro que, como passado já antecipado, se esvai também.

24. Sedução e escravidão em relação aos *media*

Lembram-se daquela velha frase que dizia que cultura é tudo o que fica quando esquecemos tudo quanto aprendemos? Isto pressupõe, naturalmente, a distinção entre aprender e incorporar, isto é, entre um saber superficial, e um saber tão “de experiência feito” que passa a fazer parte da nossa própria postura perante o mundo, do nosso “saber fazer” intuitivo e prático, onde o manual, o intelectual, e o emocional se confundem num todo e orientam a acção. Esse “todo” é uma espécie de “património portátil” que cada um de nós transporta – o que às vezes se chama a sua “bagagem” de experiência e de saber, a qual lhe permite, não só realizar, e bem, muitas actividades com o simples recurso ao hábito, como, perante a novidade, reaquacionar o já aprendido para resolver problemas ou situações inéditas, e por vezes difíceis.

Aquilo a que chamamos intuição joga aqui um papel essencial, porque é com base nessa síntese operativa e permanentemente actualizada que nos podemos movimentar perante a complexidade do mundo – sobretudo perante a indecidibilidade do mundo de hoje. O “jogo” em que todos nos encontramos inseridos implica, como sempre, em certa capacidade de prever os lances seguintes (o que pressupõe recuo e reflexão em relação ao “quente” do vivido), mas, ao contrário de antigamente, não nos podemos escorar numa ideologia rígrida, numa “grande narrativa”, que era precisamente securizante porque fornecia uma espécie de mnemónica de conduta para o pensamento e para a acção. Um “marxista”, por ex., tinha sempre resposta pronta para tudo, solução para tudo, razões para os bloqueios, bodes espiatórios para as dificuldades... porém, hoje, somos confrontados com uma constatação muito mais estrutural.

É que, mesmo depois de enunciados todos os problemas, de feitos os diagnósticos, de equacionadas as “receitas”, e de “administradas” na medida do possível, a realidade tem uma espessura de resistência e de imprevisibilidade que não permite optimismos fáceis. Sem dúvida, o fascínio da actividade pública, e sobretudo da administração (produto da vontade política ganhadora em cada momento) reside nessa luta quotidiana contra a inacção dos sistemas... conquistando terrenos de operacionalidade ao gigantismo das forças da inércia.

Mas, perante o relativismo dos valores, e a imprevisibilidade do futuro (veja-se a crescente introdução, na realidade vivida, do “princípio da precaução” o tempo está propício ao aparecimento de “figuras carismáticas” que já não têm uma grande “mensagem para vender” (as “mensagens” trocaram-se todas, misturaram-se, mudaram de campo, etc.) e, à falta de melhor, “produzem-se” a si próprias, como estrelas de cinema. Tempo de indivíduos carentes, actuando em função dos “media”, e que esticam o pescoço como girafas para aparecer na foto, se possível transmitindo à-vontade, boa disposição e bem-estar. De que sorriem, ou para quem é que sorriem?

25. Política, sociedade da imagem, hipocrisia

A serpente – falando genericamente – tem uma complexa polissemia. Tanto ocorre com conotações femininas (a forma lânguida com que se aproxima, os seus movimentos ondulantes e quase hipnóticos), como com óbvias conotações masculinas (a forma alongada, fática, do corpo); como com ambas as valências, simultanea ou alternadamente. Pode ter outro tipo de caracteres híbridos, quer, por ex., aéreos (serpentes emplumadas, cobras que voam), quer telúricos (surge de onde menos se espera, das entranhas da terra). Contam-se, de cobras e outros répteis afins, histórias terríficas. Podem ser minúsculas, estar disfarçadas nas árvores, e ter a cor e quase a forma das folhas destas; e deixar-se cair sobre a presa, paralisando-a em poucos minutos (ou segundos) com o seu veneno. Podem ser enormes, a ponto de, mesmo depois de mortas, serem precisos muitos homens para lhes transportarem o derrotado corpo; são capazes de engolir e lentamente digerir animais inteiros, depois de os envolverem no seu lento abraço asfíxiante e/ou triturador.

Quando era miúdo, contaram-me mesmo aquela história (real ou imaginária, pouco importa) da cobra que se interpôs entre a mãe adormecida e o filho que esta amamentava. E, enquanto com a cauda introduzida nos lábios da criança fazia as vezes da mama que esta pretendidamente chupava, com a boca sugava o leite que assim tão generosamente se lhe oferecia – não é uma maravilha, como símbolo de duplicidade?

O ovo de uma serpente pode representar algo de sinistro, pelo que tem de paradoxal. Com ele, entramos no próprio âmago desse símbolo frequentemente malfazejo que é o ofídeo, odiado pelo “povo” (isto é, no mundo rural), e só protegido modernamente pela consciência científica e ecológica. É que um ovo lembra-nos vida, nascimento, criação, perfeição inicial. Mas, no caso vertente, este ovo pode concentrar em si tudo o que há de pérfido no engano, no disfarce, só tardiamente apreendido pela vítima. Dele sairá um pequeno ser que, com ardiloso crescimento, se há-de metamorfosear no tão temido animal. Assim acontece muitas vezes na nossa vida, quando confiamos inteiramente numa pessoa que admiramos, e mais tarde somos atraídoos por ela. Assim ocorreu dramaticamente no nosso século, quando multidões inteiras alcançaram ao poder, em delírio, autênticos monstros como Hitler ou Estaline.

Assim acontece todos os dias quando vemos serem veneradas, publicamente elogiadas, promovidas, publicitadas com toda a sofisticação de uma máquina bem montada, coisas ou pessoas que nós conhecemos bem. Ou movimentarem-se na sombra, com pérfida habilidade, especialistas do boicote das iniciativas alheias, autênticos técnicos da destruição da inteligência e inovação, normalmente muito bem premiados pela sociedade e, em particular, pela administração pública.

Neste último caso, o de pessoas, deve acentuar-se que certos desses indivíduos são até muito inteligentes, e ou espertos, e em geral, como disse, hábeis para se moverem, e

triumfarem, no mundo; mas alguns de nós sabemos mesmo que, mau-grado o que aparentam, eticamente são algo que mete medo. São serpentes à espera de saírem do ovo. Porém, vestidos como os outros cidadãos, sorrindo descontraidamente para as câmaras, passam por seres normais e até, nalguns casos – e para muitos embevecidos – profundamente atraentes. É estranho, mas aprendemo-lo com a experiência: as pessoas são, todas, um mosaico de coisas boas e más: e, nalgumas, coexiste a inteligência mais brilhante com a mais perversa falsidade.

26. O verdadeiro poder

Quão difícil é ser-se um bom investigador! Idealmente, não seriam apenas precisas qualidades pessoais que só muito raramente se encontram conjugadas num mesmo indivíduo, como também seria indispensável que este se movimentasse num meio estimulante, quando em regra o que se verifica é precisamente o contrário. Penso na área da Arqueologia, mas muito do que aí ocorre é a repetição do que acontece noutros domínios. Tudo parece estar feito para desmobilizar uma pessoa no sentido desta se dedicar à investigação. Em vez daquilo que fazemos ser considerado um serviço público valioso, a apoiar calorosamente e até aos limites do razoável, não – parece que nos prestam um favor em nos concederem algum tempo e alguns instrumentos para seguirmos no caminho que traçámos, e em que passaram o tempo a avaliar-nos (com resultados positivos, pressupõe-se) publicamente (provas, trabalhos editados, conferências, etc.)! Como parte da pesquisa continua, em Portugal, muito ligada às universidades, é óbvio que o investigador terá de desdobrar-se em docente, e ainda cumprir tarefas administrativas para as quais não teve treino específico nenhum. De forma que a vida – sobretudo quando se perspectiva a partir de umas três décadas de trabalho, no meu caso – é uma sucessão de correrias, de sobressaltos, de lutas titânicas contra o tempo, a burocracia, as invejas, a incompreensão, a falta de meios... e ficamos a pensar no que poderíamos ter dado de nós próprios ao país e, se quisermos, à ciência, se, em vez de toda essa energia absurdamente desperdiçada, nos tivéssemos concentrado no nosso mais essencial trabalho.

Aquilo que caracteriza melhor um “autor” – também na investigação – é algo que só “a posteriori” pode ser ajuizado. Trata-se de passar da observação rotineira para o impulso dado por um conjunto de ideias em torno das quais se acaba por cristalizar uma espécie de obsessão, uma busca interminável. Óscar Lopes aludia a isso há tempos, quando dizia que a sua “religião” tinha sido o problema da linguagem – por que é que nós, homens, somos os únicos animais que falamos?... Por mais que façamos, por mais diferentes que sejam os temas que nos motivem, é sempre em torno de um “nó problemático” que as nossas preocupações de pesquisa se acabam por desenrolar – sem o que provavelmente todo o nosso esforço se esboroiaria numa acumulação sem sentido. É contra esta determinação (que ultrapassa muito a mera questão da afirmação individual) – semelhante à do artista, no fundo – que a acção obstrutiva dos burocratas e adversários acaba por esbarrar, impotente. O melhor património pessoal que podemos ter é essa capacidade, essa inesperada energia de “dar a volta por cima”, de forma surpreendente (até para nós próprios), acabando por realizar alguma “obra” num contexto de pequenos interesses. Uma pessoa que alcança o poder de “ter uma voz” (tal como um poeta, por exemplo) só é destrutível pela doença ou pela morte. É essa mensagem de encorajamento que deixo aqui aos mais jovens.

27. Que querem os jovens?

Vivemos hoje numa sociedade dita da comunicação. Muitos lamentam-se da erosão dos valores do antigo jornalismo, com os seus códigos de “neutralidade” (distância em relação aos vários poderes), de “objectividade” (procura de cruzamento de perspectivas de várias fontes, por forma a apresentar “notícias” tão fidedignas quanto possível), de distanciamento crítico, e ao mesmo tempo de assunção, por parte de cada jornalista, do carácter assinado, pessoal, da informação que produzem – do seu carácter autoral. Assim, o “bom” jornalista seria aquele que conseguisse dar a notícia precisa e oportuna, distinguindo os “factos” do “comentário” sobre eles – mas desdobrando-se em ambos. Esta missão, como objectivo e utopia, é das mais dignas de uma sociedade democrática, pois o profissional da comunicação social seria aquele que estabeleceria uma mediação entre vários campos: o do acontecimento e os dos que se encontram longe dele, o do saber “culto” e o do saber comum, o do conhecimento “puro” e o da emoção de se “tomar conhecimento” do que está, em cada momento, a acontecer. O jornalismo, em todas as suas formas, está indissolivelmente ligado a essa emoção – que se tornou trepidante na sociedade contemporânea, e espectacular para prender a atenção. E, assim, pouco a pouco, a máquina da comunicação tendeu a “fugir em frente”, a fechar-se sobre si própria, numa lógica vertiginosa e autista, medida em tempo real pelas audiências, submetida às forças do mercado e aos poderes políticos, representando-se a si mesma como um ritual de dramatização da vida quotidiana a que ninguém escapa.

A ideia-chave para se actuar em comunicação (nas suas múltiplas facetas) é não aborrecer. Não se trata apenas de dizer ou de anunciar coisas novas – trata-se de superar a dicotomia realidade-notícia (com algum tempo de mediação entre ambas), para transformar a notícia na própria realidade acontecendo no momento em que é transmitida. Só interessa o que se vive em tempo real.

Curiosamente, no campo do ensino, é também isso que nos pedem os jovens. Exigem frequentemente uma aprendizagem mais prática. Não querem que se lhes diga como é que se faz, o que é que se sentiu ao pensar ou ao fazer. Querem fazer eles mesmos, experimentar eles mesmos, sentir eles mesmos. Nesse aspecto, a exigência é positiva. Há uma frase que os jovens empregam muito quando se divertem a sério: “curtir bué”. Se interpreto bem o que isto significa, eles cansaram-se de “teorias” (sobretudo neutras, cinzentas, sem chama) expostas como num manual; querem incorporá-las, querem experimentá-las, querem vivê-las.

Há em tudo isto muitos aspectos negativos, mas há também uma exigência de “verdade”, de gozo e fruição autêntica, e de participação, que anunciam uma nova postura na vida. A minha geração era “teórica”, estava impedida de actuar em muitas frentes (por constrangimentos económicos, políticos, por tabus comportamentais). Foi uma geração que reagiu, mas que era, em larga medida, frustrada. A actual geração de jovens é muito stressada, vive um ambiente ferozmente competitivo, mas, com imaginação e trabalho, tem muito mais oportunidades de realização pessoal e profissional.

28. Direito a aparecer

Após o 25 de Abril, felizmente, têm proliferado iniciativas culturais locais, entre as quais se encontram as revistas municipais (as quais às vezes começaram como simples “boletins”, onde os respectivos autarcas apareciam – ou ainda aparecem – fotografados

abundantemente, a receber as mais notórias entidades...) ou produzidas por instituições ligadas às autarquias, ou, ainda, por estas apoiadas financeiramente. Todos sabemos que não há descentralização cultural que não passe pelas autarquias, embora as associações de municípios, ou as célebres “regiões” (a propósito, onde pára o debate sobre as regiões? Bloqueou devido aos resultados do referendo? Ou é um debate importante para o país, para o seu desenvolvimento e identidade? Não compreendo bem estes ciclos de euforia e de silêncio...) tivessem uma palavra importante a dizer em acções culturais, e nomeadamente em publicações, que transcendessem a temática ou o interesse meramente locais, que rapidamente se esgotam, por falta de públicos, ou de produtores de qualidade.

O problema está, muitas vezes, na questão magna do livro ou da revista: a sua chegada ao “consumidor”. Não se dispo de um bom distribuidor, muitas das publicações “locais”, ou de associações, nunca passam de um pequeno circuito fechado, jamais chegando aos escaparates das livrarias ou à menção nos meios que “fazem opinião” (supl. “Leituras” do Público, agora chamado “Mil Folhas” – o que é um saboroso título – “Cartaz” do Expresso, “Jornal de Letras”, “Ler para Crer” da RTP 2... talvez com a excepção do persistente “Acontece” também da RTP 2)... amontoam-se em armazéns, ou escoam-se através de dádivas às tais entidades que se recebe, as quais por sua vez as arrumam a um canto... É certo que o conteúdo de muitas “pequenas” publicações nem sempre é exaltante, ou tem um interesse meramente local ou regional, de ligação afectiva... mas não é sempre forçosamente assim.

Seria preciso uma política mais decidida de apoio às publicações “locais”, ou de associações, ou de unidades de pesquisa, isto é, às obras sem fim lucrativo. Mas também seria importante que quem produz essas revistas pensasse no potencial “receptor”, tivesse algum sentido de “mercado”, isto é, soubesse dar-lhes um aspecto gráfico, um conteúdo, e uma visibilidade pública mais “agressivos”, mais actuantes, mais sedutores de um público amplo... Quantas revistas, produzidas por universidades, por ex., não apresentam, ao lado de trabalhos de investigação muito interessantes, outros que servem meramente “para fazer curriculum”, isto é, textos que nem sequer são submetidos ao crivo de uma “comissão de leitura” que inclua elementos exteriores à própria instituição...

Uma das formas de ultrapassar estes impasses – de sub-desenvolvimento, podemos dizer – é o estabelecimento de parcerias, de iniciativas conjuntas de universidades, câmaras municipais, editoras comerciais. Já há alguns exemplos disso. Outra, seria a das universidades assumirem as suas responsabilidades no plano da divulgação das investigações – e até das criações artísticas – que os seus membros produzem, com realismo, isto é, não querendo publicar tudo (há teses de doutoramento que só interessam a um conjunto muito limitado de pessoas, e que se podiam divulgar em suportes alternativos ao da impressão litográfica), e dando ênfase ao que de mais importante se produz no seu seio. Outra, finalmente, seria a do Estado central e das câmaras abandonarem a política de “bodo aos pobres”, concentrando o seu estímulo financeiro no que tem verdadeiramente interesse, e não dispersando recursos por miríades de iniciativas efémeras, segundo critérios discutíveis nomeadamente eleitoralistas.

29. Pode-se democratizar a cultura?

Uma questão que vemos com frequência discutida é a que o título desta alínea enuncia. Se por democratizar entendêssemos, redutoramente, “plebiscitar” uma obra de cultura, por forma a que os cidadãos – todos os cidadãos, em condições de igualdade – se

pronunciassem sobre a sua valia, para daí tirarmos ilações pertinentes com base em contagens de “votos”, é óbvio que a resposta seria não. O que agrada à maioria, em termos de “consumo cultural”, não é necessariamente o melhor ou o mais interessante; pelo contrário, o que acontece em regra, no plano da criação “erudita”, é que ela se baseia na predisposição para a surpresa, para o “incómodo” do absolutamente novo, para a atitude de aprendizagem através de um certo esforço, que não é o que as pessoas em geral procuram em momentos de lazer (“cultura de massas”, expressão até certo ponto terrível). Em suma, a cultura erudita (artística ou científica) caracteriza-se pelo domínio de um conjunto de instrumentos de produção e de fruição de que a maioria da população ainda, infelizmente, não dispõe. Poderá ser até utópico pensar que alguma vez isso acontecerá inteiramente; isto é, que os universos dos “criadores” e dos “recriadores” se confundirão... parece ser missão dos tais “criadores” (como tais considerados em cada momento), pelo menos segundo os nossos padrões, “adiantarem-se” ao seu tempo, isto é, fazerem propostas estéticas ou “descobertas” científicas cuja valia reside, precisamente, no seu carácter inaudito, perturbador, e, portanto, de certo modo, incompreensível para muitos, num primeiro momento. Mas é óbvio, também, que não há nenhuma instância de juízo final que decida do interesse de um trabalho; o que é consagrado numa certa época pode não resistir ao tempo, e ser esquecido na seguinte. O valor de algo – nomeadamente de um “produto cultural” – é contingente e insere-se num “campo” de gostos, de forças, de interesses, de compromissos, de cumplicidades várias. E o que num certo momento era apanágio de uns quantos – a música dita hoje “clássica”, por exemplo – pode vir a ser mais tarde apreendida e reinterpretada por largos conjuntos de pessoas, como actualmente acontece.

O que evidentemente é democratizável não é o talento – que pode até ser algo independente da formação escolar, e por isso o encontramos espontaneamente em certos artistas “populares”, como foram os Beatles, por ex. – mas sim as condições de aprendizagem, de transmissão e de recepção da cultura. O gosto educa-se, costumamos ouvir dizer, como se aprende qualquer prática desportiva, sem que obrigatoriamente todos tenham que ser “campeões” na respectiva “modalidade”. O que importa é lutar sempre para colmatar (utopicamente) uma brecha que tem a ver com condições económicas, sociais, mentais, que criam predisposições ou inibições para a plena realização do indivíduo. E, nesse sentido, urge, agora e sempre, continuar na causa pela democratização da cultura, pela cada vez maior acessibilidade de toda a população aos produtos de qualidade. Entre os quais está, claro, o “património”...

30. Pornografias

Já viram algum filme dito “pornográfico”?... Este tipo de “produtos de consumo”, ao dispor, por ex., em certos canais da TV, desenrola-se sempre em torno de um conjunto de tópicos característicos, em que a “mensagem subliminar” é óbvia.

A mulher é “naturalizada”, aparecendo como o pólo da tentação, do desejo incontrolável, por oposição ao homem, que, no seu perfeito auto-domínio, se vê na obrigação racional de lhe “apagar o fogo” através do exercício fálico da penetração, o que faz de forma fria e mecânica, com se cumprisse uma obrigação, por vezes penosa (a julgar pelos esgares patéticos dos “actores”). O acto é concebido como uma espécie de “castigo”, simbolizando (de forma muito primária) o triunfo da “cultura” (pólo racional) sobre a “natureza” (pólo irracional). A aplacação do “desejo” (normalmente encenado de forma extremamente implausível, ridícula mesmo) é sucessiva ou simultaneamente (por vários

“parceiros”, numa espécie de “pathos”) feita em todas as “saídas” diabólicas onde a natureza aflora à superfície no corpo da mulher: boca, vagina, ânus. A penetração é uma espécie de “suturação” de uma abertura de onde irradia o “mal” ou o “perigo”, o “calor” do interior do corpo.

Não há, neste âmbito desencantado, lugar para a ternura, para o carinho, para a presença de seres humanos. Os corpos são apenas máquinas (passivas ou activas) de afirmação da ordem masculina sobre a desordem temporariamente desencadeada pela mulher. Nesse sentido, os filmes “porno” são a caricatura da nossa sociedade, o seu reflexo especular (embora numa versão boçal, ou “pimba”, se quiserem). Não há enredo, espessura psicológica: só reiteração do “crime” ou “pecado” (natureza, desejo irreprimível) e sua correção ou “castigo” (cópula), sendo o corpo o lugar da encenação primitiva do domínio do homem, na versão mais primária, violenta, e aviltante para a mulher, que se possa conceber.

Aquela última está cometida a função de despoletar o desejo no homem (frequentemente, é o “sexo oral”, que ela pratica, que leva o falo da flacidez à erecção), tudo terminando pela ejaculação, exterior, do homem (com frequência junto à boca da mulher), como forma de espectacularização do castigo, como simbolização da acalmia produzida na mulher pela acção correctora do falo. Este concentra toda a sexualidade masculina, como instrumento por excelência de aplacação de um mal, de uma desordem, representada pela mulher. Muitas vezes, esta última espalha o esperma, derramado, pelos seios, pela cara, pelo corpo, numa espécie de rito purificador. O esperma simboliza aquilo que “mata” o desejo da mulher, o que temporariamente a “limpa”, até uma nova emergência, nela, do processo do desejo, que lhe é imanente, ao contrário do homem, onde tal desejo é induzido pelo pólo feminino.

Já viram algum destes filmes?... se sim, já viram todos. É que são incrivelmente repetitivos. Acho que há formas muito mais interessantes de usar o nosso tempo (a propósito, é horripilante a expressão “fazer amor”, que parece tirada de uma linguagem inusitadamente fabril).

III. Patrimónios

1. Abertura

O “património”, que tradicionalmente designava os bens que se herdavam da geração anterior, a nível familiar, é hoje utilizado para qualificar tudo quanto tem valor, e se quer preservar, no plano colectivo.

Apesar da sua banalização – fala-se de “património” por tudo e por nada – a questão pode ser encarada por vezes com algum cepticismo, se não desconfiança, porque as pessoas – o comum das pessoas, que não são “especialistas” de qualquer tipo de património, seja ele cultural ou natural – podem sentir essa realidade como uma imposição (se não mesmo um exagero “fundamentalista”). Uma imposição de uma “cultura erudita”, que tenta patrimonializar para seu usufruto, indiferente às tradições ou aspirações locais; uma imposição do Estado que, em nome do património, pode travar projectos que as populações poderiam querer ver concretizados, em função de ideais mais ou menos defensáveis ou, no outro extremo, mais ou menos míticos. Seja como for, o assunto deve ser discutido publicamente, sem dogmatismos, de forma aberta e simples, evitando vocábulos técnicos e herméticos.

Essa aposta não é fácil. Mas, se o “património” é um valor colectivo, se para ele se encaminham fundos públicos, se o seu conhecimento e produção são elementos de cidadania – e em última análise, portanto, valores democráticos – é a todos nós, cidadãos, que compete participar na sua definição.

Que patrimónios queremos? Que imagem de nós desejamos perpetuar no espaço que nos rodeia? Que valores pretendemos conhecer melhor e melhor valorizar? São perguntas incontornáveis. Que, sem dúvida, suscitarão respostas plurais, por vezes controversas. Que terão de se equacionar a várias escalas – local, regional, nacional, mundial. E assim o “património”, que na sociedade tradicional implicava bens de família, deve ser na sociedade democrática um factor de partilha, um fórum de intervenção, um valor colectivo.

Nesta ética de partilha os órgãos de comunicação social têm um papel fundamental. São eles o “filtro” entre a população e os variadíssimos tipos de património. Compete-lhes informar, para que o maior número de pessoas possa debater com conhecimento de causa, para depois decidir. Decidir que património queremos *construir* para o nosso futuro. Porque, se a memória individual é selectiva, retrabalha permanentemente os dados do passado por forma a contruir a(s) nossa(s) identidade(s), também a memória das comunidades deve resultar de escolhas, que são por vezes difíceis, mas não são apenas questões dos “técnicos” – são uma responsabilidade colectiva.

2. Para sermos felizes

Há várias expressões, relacionadas com “património” – palavra que ainda assusta muita gente –, que evito utilizar. São as que usam as palavras conservação, preservação, protecção. Denotam, no mínimo, uma atitude defensiva, ou seja, assumem desde logo uma fragilidade – os “defensores” do património são uma minoria (uma elite ilustrada?) em relação aos seus depredadores, os outros (a população em geral, menos culta, menos consciente, menos preparada para os “valores do espírito” do que os primeiros?). Em última análise, a postura conservacionista pode até apresentar-se como, ou ter conotações de, conservadora – uma atitude de nostalgia passadista, e mesmo própria de uma espécie de aristocracia moderna, prestando culto aos monumentos antigos e outras relíquias. Sempre tive horror de tais relíquias, despojos, velharias – por muito bem “restauradas” que se apresentem – ou seja, pelo fetichismo que implicam. As coisas, os objectos, os lugares, são instrumentos em relação às vivências que permitem. A sua conservação só se justifica em função dessas vivências, e não por um qualquer valor “sagrado” dos objectos em si.

Naturalmente que a manutenção, promoção e transmissão dos bens públicos que herdámos é nosso dever cívico, não como valores estáticos, mas dinâmicos, isto é, cuja semântica tem forçosamente de evoluir – e portanto o essencial está no sentido que damos a tais acções de manutenção e promoção (conservação, restauro, fruição), e na vontade que temos de envolver o conjunto das pessoas e das suas representações sobre o que são os tais “bens”. É por aí que passa uma postura democrática e a sua demarcação em relação a uma postura aristocrática em relação ao património. Pelo respeito pela espessura do conceito de património, pelas suas diferentes versões e escalas. O “património” (cultural ou natural) é um lugar de conflito(s), e a sociedade democrática é aquela que permite a gestão o mais equilibrada possível desses conflitos, com um valor acrescentado final, sem perdas irreversíveis muito graves.

Por mim, prefiro uma atitude voltada para o futuro – o património é o que nos é útil a uma melhor qualidade de vida; e como este “nós” é plural, esse património tem também

de ser plural. A tal sociedade democrática é a que tenta conjugar dois extremos. Por um lado, tornar cada vez mais partilhado, e partilhável, aquilo que no passado só pertencia a uma elite – o usufruto dos bens culturais “elaborados”, requintados, complexos. Por outro, desenvolver produtos modernos e atractivos, que conjuguem qualidade (capacidade de controlo por criadores) com ampla receptividade pelo público – como os grandes filmes americanos (êxitos de bilheteira) que são também filmes de autor. Se eu puder “curtir” uma coisa boa, não numa sala chique, entre gente engalanada, mas num auditório confortável, entre malta gira, prefiro de longe. Se eu vir as pessoas a participar num debate, e os que sabem mais a saber ouvir, e todos a esclarecerem-se mutuamente e a aprenderem a dialogar, em vez de uma conferência em ambiente de velório, com uma ou duas perguntas no fim, prefiro também.

3. Os “Mosteiros da Batalha”

Património implica uma inextricável articulação de *herança* e *construção*.

Herança, porque subjacente à ideia se encontra a vontade de conservar (“congelar” o tempo), valorizar e transmitir valores; construção, porque tais valores são indissociáveis do nosso olhar contemporâneo sobre eles, são uma criação nossa, na medida em que os *reconhecemos* como valores patrimoniais.

Por ex., “património” não é apenas o mosteiro da Batalha como realidade física; é tudo o que se escreveu sobre ele, todos os estudos que se fizeram no sentido da sua compreensão, da sua preservação, da sua utilização no presente, é toda a simbólica que o envolve, todas as acções que nele, ou sobre ele, se façam, e o tornem um espaço actual, o que implica desde logo uma visão não só retrospectiva, mas também prospectiva.

Neste sentido, actuar sobre o património é ter um projecto de futuro; e, portanto, uma acção cultural sobre um monumento é uma criação contemporânea, como o é um bailado ou uma ópera. Não tem pois sentido fazermos qualquer dicotomia entre uma cultura herdada, “morta”, e outra criada agora, supostamente “viva”.

Mas provavelmente o mosteiro da Batalha não significa o mesmo para um habitante próximo, ou um turista estrangeiro; para um historiador de arte, ou para um leigo que o pode frequentar como local de oração; para a pessoa que o visita para tirar uma fotografia em frente à sua fachada, ou para o apreciador que nele se demora, fruindo as minúcias do sítio e da sua arquitectura como lugar carregado de memória e de referências a outros lugares, tempos e edifícios.

Nada é unívoco neste mundo, e muito menos uma obra de arte, que foi construída no passado, é certo, mas cujo maior interesse só pode ser o de existir no presente, não como uma relíquia, um resto, mas como um valor inteiro que apenas existe em função do futuro que lhe possamos dar, ou que para ele queiramos imaginar. Património é uma herança, sim, mas é, insisto, sobretudo um *projecto*.

Às vezes esse projecto pode ter algo de elitista – criar um lugar de culto moderno para uma minoria esclarecida – ou, alternativamente, valorizar um elemento de fruição comunitário, que é necessariamente plural e pode e deve ser sentido e vivido de formas muito diversas por pessoas diferentes.

O mosteiro da Batalha é um símbolo nacional, um *ex libris* do país, mas é também, com certeza, uma referência para os habitantes locais que o vivenciam como uma presença quotidiana, e que têm em relação a ele, necessariamente, uma familiaridade muito própria, bem diferente da do visitante esporádico.

4. Diálogo do local e do global

Nunca é demais chamar a atenção para a *espessura* do conceito de património, isto é, para a sua pluralidade, pela variedade de afectos e de valores que lhe estão ligados. E, conseqüentemente, para o desafio que nos coloca em termos da sua acessibilidade ao conjunto das pessoas.

Estas não deveriam ser consideradas agentes passivos, a quem os técnicos ofereciam um “património” criado pela sua cultura erudita, mas elementos activos da própria construção patrimonial de um país, desde os seus elementos materiais – as paisagens, os monumentos, etc. – até aos chamados “incorpóreos” (história, tradições, costumes, etc.).

O património, já o sugeri antes, é um elemento da cidadania e da identidade (nas várias escalas desta – local, regional, nacional e mundial) ou, por outras palavras, um elemento-chave da vivência democrática.

Não pode ser imposto de cima, da autoridade do Estado; deve ser sentido como tal pelo conjunto dos cidadãos, como uma envolvente riquíssima e complexa, como um recurso colectivo de desenvolvimento e de bem-estar, de qualidade de vida. Deve ter tanto um sentido ascendente como descendente, embora, conforme os valores em causa, existam vários tipos e níveis de responsabilidade em relação ao que consideramos património. Se um sítio, ou uma região, é declarado(a) património da humanidade – como, para nosso gáudio, se verificou com o Côa – tal implica obviamente um compromisso que vai desde o habitante local à comunidade internacional, não devendo as diversas instâncias alienar, para outras, as suas responsabilidades próprias.

É que, repito, o “património” tem sempre uma componente subjectiva e afectiva... para o habitante idoso de uma aldeia, pouco habituado a viajar, o pelourinho local pode ser uma referência mais importante do que a cidade de Veneza, onde nunca teve a oportunidade de ir e de que eventualmente nem viu um simples postal. Sem esquecermos a nossa obrigação didáctica, é preciso respeitarmos as várias posições sobre o património, desde as dos países que hoje reivindicam a devolução de obras que lhes foram extorquidas (caso da Grécia e dos frisos do Partenon, por ex.), até aos povos que, como os “índios” da América do Norte, ou os Aborígenes da Austrália, exigem respeito pelos cemitérios ou territórios dos seus antepassados, impedindo a respectiva violação em nome do turismo ou da ciência ocidentais. Há uma ética do património em cuja sedimentação, pelo diálogo, todos devemos intervir.

5. Do objecto ao planeta

“Património” tem sido sempre um conceito ligado às noções de valor e de herança, traduzíveis, em última análise, em riqueza económica. Só que, na sociedade moderna, esse conceito passou da esfera privada, para a pública. Com essa passagem, o conceito coisificou-se, abarcando realidades “espirituais” que nas sociedades antigas ou medievais se deveriam conceptualizar independentemente dos seus “suportes” físicos. A par disso, o conceito sofreu uma ampliação constante, abarcando primeiro todas as materialidades, sobretudo de valor artístico-histórico (palácios, etc.), e passando cada vez mais também para a esfera do “intangível” (uma tradição, um saber-fazer, etc.), a ponto de hoje já nada haver que não possa ter esse rótulo de “património” como marca de garantia, como selo de dignidade; patrimonializar algo tornou-se uma forma de lhe reconhecer uma história e uma legitimidade, ou seja, de o incluir na esfera da nossa identidade. Assim, nesta cultura americanizada,

zada em que nos encontramos, os hamburguers, as latas de coca-cola, e os chapéus de basebol arriscam-se, como ícones, a fazer parte do património contemporâneo: aliás, as “artes plásticas” já os abarcaram há muito.

Mas, tanto a nível do património cultural, como do natural, a ampliação semântica referida (que tende para uma totalização) prende-se com uma cada vez maior consciência da inter-relação das coisas. O arqueólogo começou por pensar no objecto, antes de procurar sítio, e depois, por ampliação conceptual, paisagem toda, entendida como um palimpsesto, o resultado da sobreposição da acção humana durante milénios. O arquitecto começou por se concentrar na casa, no edifício, antes de ver a sua envolvência, e de procurar ordenar toda a paisagem, urbana ou rural. O antropólogo começou por estudar a comunidade, a aldeia, a etnia, para verificar que afinal não são ilhas isoladas, mas têm uma história própria, estão envolvidas num sistema muito mais amplo de relações. O ambientalista começou por ver o problema de certa espécie em extinção, para finalmente perceber que há ecossistemas formados de elementos em reequilíbrio constante, e que só se pode intervir neles através de um programa integrado. E todos estes, e muitos outros, acabaram por ver que se preocupavam com o mesmo assunto, de ângulos diferentes, e que todos tinham de trabalhar em conjunto, porque senão não podiam actuar sobre o que vive, e só faz sentido, também em conjunto: as comunidades e o ambiente, as pessoas e a terra, as tradições e as aspirações de futuro, as crenças e os lugares, os homens, as plantas, os animais, e a atmosfera de que todos carecem. Ou seja, um planeta complexo e interdependente.

6. Dividir para reinar?

Talvez apenas com a excepção de países nórdicos (como a Dinamarca), mesmo nos países da Europa com maior tradição patrimonial, como a França, a aproximação dos “patrimónios” cultural e natural é, surpreendentemente, muito recente. Trata-se de dois mundos longamente apartados; como se, em cada sítio, território, paisagem, se não unissem inextricavelmente ambos os valores – a longa experiência do homem num quadro de recursos naturais. É evidente que tal divisionismo apenas podia interessar às forças retrógradas, egoístas, do “desenvolvimentismo” predador, do lucro/prestígio a curto prazo, profundamente irracional, anti-social, e anti-económico, porque está a gastar ou destruir hoje, a favor de uma minoria, o que amanhã será irrecuperável para todos. Só em Dezembro de 1994, em Paris, se deu o primeiro encontro entre interessados/responsáveis por ambos os tipos de património, vindos da França e de outros países. O livro resultante desse Colóquio, absolutamente fundamental, chama-se “Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel”, e foi publicado em 1995 em Paris por La Documentation Française/École Nationale du Patrimoine (ISBN: 2-11-003451-3). Devia ser traduzido em Portugal! É também importante que a palavra “património” deixe de assustar os naturalistas ou ambientalistas, e seja assumida em comum, por forma a permitir uma luta integrada e, mais tarde, ganha essa luta, uma gestão integrada dos valores do território, que são simultaneamente humanos e naturais. Não há nenhum recanto do mundo sem história humana; não há nenhuma paisagem completamente “natural”, como não há (ou não se poderia lá viver) sítios totalmente artificiais.

Naturalmente que a divisão entre ministérios, muito centralizados, como acontece entre nós (Cultura, Ambiente, Planeamento, etc.), das preocupações de gestão equilibrada de recursos (“culturais” ou “naturais”) não facilita em nada a relação de dois mundos tradicionalmente apartados. Para além de conselhos nacionais de articulação de políticas, e sem exigir a criação de um “Ministério do Património” como existe no Canadá, a solução

estaria, a meu ver, ao nível regional, isto é, com uma descentralização efectiva que introduzisse um escalão intermédio de decisão (entre Estado e autarquias). Outro aspecto tem a ver com a cultura política: há certo défice de cidadania em Portugal, considerando-se alguns “políticos”, uma vez eleitos, donos das decisões, e dando pouco relevo à vontade dos cidadãos (organizados ou não em associações, movimentos cívicos, ONG’s), como se estes fossem “empatas” de uma classe de “administradores” que, uma vez sufragados pelo voto, tomam tais decisões só ouvindo os “técnicos” e as populações quando é estritamente necessário. Como é óbvio, um posto na administração da República é um serviço público, e não torna vidente ou príncipe iluminado quem temporariamente o ocupa.

7. Reduccionismos

No Colóquio de Paris de Dezembro de 94 sobre “Património Cultural, Património Natural”, um dos representantes das “associações de protecção do património” (expressão que não aprecio muito – refiro-me sobretudo à palavra “protecção”) presentes, Régis Neyret, propunha para o “património” duas componentes (p. 241 do livro resultante do dito Colóquio): a natural ou ecológica, e a cultural, dividindo a segunda em três: o património enterrado (arqueologia); o património transmitido (museus, os “saberes-fazer”, inventários, arquivos); e o património construído (monumentos, bairros e aldeias). Naturalmente que isto é um esquema, e um esquema é sempre redutor, tendo a vantagem de ser mais operacional do que uma reflexão profunda, ou um ensaio. Mas temos de ter cuidado com os esquemas, pois podem simplificar mais no sentido negativo, do que positivo.

Desde logo, e apesar de ali figurarem os “saberes-fazer” (técnicas, resolução de todo o tipo de problemas práticos), falta no esquema tudo quanto se pode qualificar de conhecimento tradicional – as narrativas, as histórias, a música, etc., a não ser que se queira incluir isso nos “inventários”, o que é pouco.

É também inadmissível identificar o universo da arqueologia com aquilo que está enterrado (ou, mesmo, submerso). Por ex., há muito que a arqueologia industrial se impôs, e uma parte considerável do património de que trata não está enterrado, mas bem visível (enquanto não é demolido, entra em ruína, ou é alvo do fachadismo, que consiste em manter a aparência e alterar o “miolo” dos edifícios, transformando assim a realidade num género de cenário de filme). Mas, hoje, falamos de arqueologia moderna e de arqueologia contemporânea, isto é, da arqueologia que trata destas épocas da história, e que vem, portanto, até à actualidade. Se a definição do campo arqueológico (tão convencional e histórico como qualquer outro) tem a ver com a circunstância de uma parte (na prática, imprevisível) do seu objecto estar oculto, tem mais ainda que ver com uma peculiar maneira de olhar a realidade material como um palimpsesto, ou resultado sobreposto, de diferentes acções humanas decorridas na totalidade do tempo histórico. Isto é, e potencialmente, desde o Paleolítico até hoje – o que leva a arqueologia, em qualquer lugar, a dar valor a indícios de escala e de natureza que, por exemplo, a arquitectura não dá. A abrangência do património arqueológico é, em ciências humanas, ímpar.

A expressão “património construído”, consagrada pelo uso, é discutível. Dando ênfase à “construção”, tem tendência a valorizar o monumental – edifícios isolados, maiores ou menores, e conjuntos, mais ou menos imponentes ou apenas significativos de uma vivência local... Mas, toda a paisagem, com os seus muros, os seus taludes, os seus canais de rega, as suas fontes, os seus caminhos (mesmo de pé posto), ou seja, o seu sistema de suportes de vivência, não é um portentoso artefacto?

8. Investir para ter futuro

Qual a função social das “ciências” e “técnicas” do património, que hoje constituem um vasto leque de profissões, saberes, e especialistas, e exigem um importante conjunto de meios e de financiamentos? Que *serviços* lhes compete prestar, como contrapartida aos recursos económicos que mobilizam? Este é um ponto que merece ser discutido, porque é o conjunto da sociedade (cidadãos, contribuintes, voluntariado, jovens, associações) que, em última análise, têm o direito e o dever de definir que valores patrimoniais querem para o seu território (entendido este, mais uma vez, nas suas várias escalas, da local à transnacional).

Num mundo carenciado, cheio de injustiças e de exclusões, tem sentido alocar meios importantes, cada vez mais vultuosos, aos bens arqueológicos e, em geral, aos valores patrimoniais? Não será isso um “luxo elitista”? Obviamente não é, por três ordens de razões. Em primeiro lugar, o “rentável” a curto prazo não é, longe disso, bitola de tudo; porque a saúde pública ou a educação não são, nesse sentido, rentáveis, custam muito dinheiro ao Estado – quer dizer, a todos nós – e evidentemente não estamos dispostos a prescindir desses serviços, nem a entregá-los em exclusivo à esfera do privado, que se rege obrigatoriamente pelas regras do mercado.

Em segundo lugar, a arqueologia e, em geral, o património, como ainda mais genericamente as chamadas “indústrias da cultura”, serão crescentemente uma das maiores fontes de emprego e de desenvolvimento económico, mesmo à escala local e regional. Não pedem apenas financiamento, geram riqueza para a sociedade, implantam-se cada vez mais no mercado.

Em terceiro lugar, o registo, valorização e tomada em conta dos valores patrimoniais como elementos de planeamento não se podem adiar, pois senão arriscar-nos-famos a que, quando o mítico “desenvolvimento” estivesse feito, quase nada de significativo houvesse já para patrimonializar; ou seja, já se teria varrido da memória dos espaços o que os caracterizava como lugares diferentes. Por isso, a curteza de vistas, aqui, pagar-se-ia muito cara – em termos económicos, também. Nenhum turista se desloca para ver uma terra igual à outra...

Os seres humanos são essencialmente seres “simbólicos”, que se distinguem precisamente de outras espécies pelo comportamento inventivo e pelo permanente trabalho da memória (pessoal e colectiva); para eles, é vital a compreensão, tão cabal quanto possível, da realidade que os rodeia, pois só com base nessa compreensão podem elaborar e negociar estratégias de futuro. O que chamamos “passado” não é um peso morto; é o conjunto de instrumentos com que, aqui e agora, fabricamos esse futuro. Para desenhar uma trajectória coerente, preciso de ter espaço e antecedentes. São eles as minhas balizas. Sem elas, não consigo ter uma representação lúcida do que faço aqui e agora, e dar sentido ao que farei a seguir.

9. Tempo, por que nos abandonaste?

Passamos a vida a falar de “património”, a propósito de tudo quanto nos é caro, e achamos essencial à manutenção do nosso equilíbrio, da nossa coesão como seres individuais e sociais. Mas quantas vezes nos esquecemos das pessoas, da sua qualidade de vida, e, em especial, da carência em que tantos seres nossos semelhantes se encontram relativamente às condições mínimas de humanidade? Não nos parecerão, por vezes, as nossas

preocupações um tanto dispiciendas? E até este discurso piedoso, não o acharemos um pouco ridículo, bem intencionado mas inócuo?

Aqui, na Europa ocidental, os que temos tempo para pensar em “patrimónios”, lá vamos vivendo num certo conforto e segurança, enquanto em múltiplas zonas do globo, a cada momento, populações inteiras são dizimadas pela fome e pela guerra. Sabemo-lo todos demasiado bem; tornou-se-nos demasiado quotidiana essa realidade terrível. Diariamente, fotos de nossos contemporâneos confrontam-nos com o mais radical sofrimento. Como naquela célebre imagem de duas crianças fugindo de um bombardeamento no Vietname, totalmente nuas, por uma estrada incógnita e desamparada. E ainda somos capazes de as arquivar como ícones do nosso século, elementos também do nosso “património”, arrumados em livros de história, que a pressa nem sempre nos permite ler.

Infelizmente, o mundo foge em frente, numa aceleração terrível; e, todos, os ricos e os pobres, os “cultos” e os que apenas lutam pela sua sobrevivência, vemo-nos privados do mais essencial bem, que seria o tempo para pensarmos nesta realidade em que vivemos, para termos um pouco de recuo em relação às preocupações diárias, e para esboçarmos uma estratégia comum de resolução dos mais essenciais problemas da humanidade. A própria palavra solidariedade parece um artifício retórico (no sentido pejorativo), politicamente correcto, mas desprovido de significação.

O tempo, sabemo-lo medir até às suas fracções mais ínfimas. Prometeram-nos, até, uma “sociedade do ócio”, do lazer; mas, em vez disso, os que podem trabalhar cada vez se esforçam mais, e os que não têm lugar no sistema são cada vez em maior número. Uns e outros ou não têm capacidade, ou não têm tempo para pensar nisto; os mais capazes correm para manter o seu posto, para insuflar o seu ego, ou para tentar arranjar um lugar na máquina que nos suga, e, uma vez lá dentro, vos tritura a todos.

10. O nosso melhor património são as pessoas

Quando ouvimos falar de património, a primeira imagem que nos ocorre são “monumentos”... e mesmo quando esse conceito se alarga, como tenho referido, continuam a ser realidades materiais em que pensamos: defendemos, por exemplo, a indissociabilidade do património natural e do cultural, dizendo que deve haver para eles uma política integrada.

As palavras “integrado” e “transversal” são aliás hoje usadas até à exaustão, não passando às vezes de mera figura de estilo, pois na realidade muitas decisões estão espartilhadas por ministérios, serviços diversos do Estado, autarquias, etc., num contexto em que é difícil concertar acções.

Só para indicar alguns organismos, no Ministério do Ambiente existe o Instituto de Conservação da Natureza; no da Cultura, o IPPAR (Instituto Português do Património Architectónico) e o Instituto Português de Arqueologia; no Ministério do Planeamento, a DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), etc. O próprio Ministério da Defesa tutela numerosos edifícios que são património histórico de primeira valia...

Hoje começamos a perceber que um dos melhores “patrimónios” que podemos ter é a qualidade da água, do ar, dos alimentos que consumimos, e até mesmo o silêncio e calma de que ainda se pode usufruir em certos locais menos urbanizados.

Mas a tendência para “coisificar” os valores colectivos (identificando “património” com entidades materiais) é uma realidade muito recente na história. Os papas que substituíram a igreja de Roma pelo actual edifício do Vaticano (no séc. XVI) não pensaram

estar a destruir património da igreja, entendido como um valor espiritual, e não identificado com uma realidade material, histórica, de um espaço e de um imóvel concretos.

Porém hoje, apesar de se falar muitas vezes de património “incorpóreo”, não existe, ainda, qualquer organismo oficialmente encarregado de “proteger”, estudar e divulgar com rigor os valores “etnográficos” do nosso território, entendidos como uma realidade em permanente mutação: por ex., a música tradicional foi sobretudo registada e analisada por um curso que se chamou Michel Giacometti, e que palmilhou o país gravando composições que a maior parte dos portugueses não conhecem e que, se não fosse a sua persistência, teriam desaparecido para sempre.

Mas... e as pessoas, a sua capacidade de trabalho, de inovação, de produção de riqueza? Não serão o nosso melhor património? Como estamos a preparar as nossas crianças para o futuro? Será que os cidadãos – de qualquer cor, credo, profissão ou região – se sentem devidamente enquadrados por um Estado que tanto deles exige, dando-lhes em troca, com alguma frequência, serviços deploráveis, infra-estruturas públicas completamente degradadas? A “questão do património” alastra-se a tudo o que nos cerca.

11. Não há palavras

O mundo tem, actualmente, cerca de 6 biliões de habitantes, ou seja, praticamente a população mundial duplicou desde o tempo em que, como estudante universitário, abordei pela primeira vez questões demográficas (segunda metade dos anos 60).

A revista “Visão” (6.4.2000, p. 28) dá-nos alguns números que fazem pensar qualquer vulgar leitor, não sociólogo, como eu. Daqueles 6 biliões, mais de 1/6 (1 bilião e duzentos milhões de pessoas) não têm acesso a água potável. Cerca de 1/3 (2 biliões) mantém-se, por dia, com um rendimento médio de 410 escudos. Se somarmos o Produto Interno Bruto de 48 dos países do planeta, ele não chega ao montante da fortuna dos três maiores milionários mundiais. Há 840 milhões de adultos analfabetos, portanto sem as mínimas condições de aceder aos valores da cidadania. Por ano, morrem 7 milhões de pessoas com doenças curáveis, isto é, em resultado de não disporem dos mais elementares equipamentos de saúde. Apenas 0,1% do rendimento mundial seria suficiente para erradicar a pobreza na Terra. E, no entanto, ela não diminui, alastra, mesmo nos países mais ricos ou industrializados: apenas nestes países, há 100 milhões de pobres, dos quais 5 milhões sem abrigo.

Perante esta situação de desumanidade brutal, que prolonga a desumanidade das “grandes guerras” da primeira metade do séc. XX, e o fenómeno que nos é agora quotidiano, o da banalização e generalização do genocídio, da violência, da intolerância, do racismo, dos interesses económico-estratégicos a imporem-se a todos os outros, que dizer?

Há situações que não atingiram ainda (?) a ordem do dizível, são demasiado horrosas para se estigmatizarem na palavra (e encontrarem assim algum conforto, aquele que sucede ao desabafo). Como quando pensamos no holocausto judeu ou nos crimes de Estaline, ou em Hiroshima, há expressões, ou manifestações, possíveis para caracterizar tais situações, para fazer o luto de tão medonhas misérias? Se as há, eu não as conheço. Como não conheço saída pensável para a acumulação, que a nossa sociedade está a produzir diariamente, de detritos radioactivos e outros cuja malignidade potencial é da ordem dos milhares de anos, ou mais. Ou palavras que exprimam o desastre da destruição paulatina da Amazônia, ou outras florestas tropicais de chuva, autênticos pulmões do planeta, cuja diversidade genética é de uma riqueza incalculável para a nossa saúde. Apesar de ter

aumentado o número de países que conseguiram atingir regimes mais ou menos “democráticos”, parece que “ninguém consegue ter mão nisto”. Eu escolhi não ter filhos; se os tivesse tido, não saberia, francamente, o que lhes dizer.

Pierre Clastres, etnólogo francês precocemente falecido em 1977 (com 43 anos), estudou, entre outros, os índios Guayaki, do Paraguai, cujo genocídio total e completo foi perpetrado em 1972, apesar dos seus esforços. Ele descreve-nos o nascimento de um dos últimos guayaki, e a beleza do cântico destinado a proteger a criança. Quem ouviu esse cântico à face da terra, já morreu.

12. Ter um lugar no mundo

Quando tentamos observar a questão do património numa perspectiva mais abrangente do que a habitual, perspectiva essa a que chamaria antropológica, deparamo-nos com um conjunto de processos e de movimentos de patrimonialização. Ganha assim o o dito “património” uma dimensão social, dinâmica e plural. No fundo, vemos uma grande variedade de actores em jogo, a favor ou contra a instituição de certas realidades como património colectivo, espécie de certificado de identidade, de unicidade, de autenticidade, e portanto de valor. Esses processos não são, em geral, desinteressados; ao contrário. Visam afirmar a qualidade, especificidade ou tipicidade de certos produtos, serviços, ou locais, que têm um valor económico acrescentado se ganharem “imagem de marca” ligada a uma certa localização (mitificação do lugar como selo de autenticidade).

Vemos certas famílias, grupos sociais, quererem obter capital simbólico através da implantação, no espaço urbano ou aldeão, de determinados edifícios ou monumentos que remetam para a ancestralidade (e portanto “nobreza”) da sua ascendência. Vemos certos autarcas, antes legitimamente ocupados com o saneamento básico ou a electrificação, voltarem-se nos últimos anos para a urbanização das aldeias e vilas (por vezes, umas promovidas a vilas, e outras a cidades), com a multiplicação de rotundas, fontes com rojos de água (luminosos ou não), semáforos, sinalética (por vezes idiossincrática), etc. – em toda uma estética local que ficará a assinalar o “urbanismo” português da fase pós-adesão à U.E.

Com o terceiro quadro comunitário de apoio, muitos autarcas virar-se-ão por certo, agora, para aqueles sinais de urbanidade ligados à “cultura”, que se seguem à magnificência do edifício da Câmara, do Tribunal, dos Bombeiros, e dos Polidesportivos – a biblioteca pública, o museu municipal. Com os seus auditórios, serão repositórios da memória local mas também salas de visita, para governantes ou pessoas ilustres, mostrando que a terra se libertou da tirania do imediato, e já tem uma elite consagrada ao tradicionalmente considerado “acessório”. Vemos ainda as cidades, as vilas (e até, por vezes, as aldeias, ao nível de feiras de produtos rurais) multiplicarem as iniciativas de animação, com o apoio das autarquias, procurando cada qual identificar-se com uma iniciativa própria, exclusiva se possível, seja um festival de teatro, de jazz, de música, de cinema, de fotografia, enfim, de algo que toma logo foros de “internacional”, e de tradição, mesmo que tenha começado há poucos anos.

A globalização cria inesperados efeitos locais, um enorme desejo de afirmar especificidades num contexto amplo. Os próprios circuitos de visita a sítios patrimonializados – incluindo os lugares arqueológicos – estão agora a instalar-se em muitos lados, assistindo-se a uma multiplicação de edições de panfletos, livros, desdobráveis, postais – todos meios de afirmar, no espaço global, a especificidade de cada terra.

13. “Altos lugares”

Há anos, pediu-me o coordenador de um Colóquio que falasse, no Porto, sobre o “alto lugar”, expressão inspirada no francês “haut lieu”, que designa qualquer local digno de ser lembrado, palco de grandes acontecimentos, ou sítio de implantação de obras excepcionais, sejam elas do domínio histórico, artístico, arqueológico, ou outro. Sugeriu-me que abordasse os sítios arqueológicos enquanto susceptíveis de serem vistos ou vividos como “altos lugares”. Como tendo uma “respiração” peculiar, ou como irradiando uma “auréola” especial. Fiquei algo perplexo, embora percebesse a intenção positiva do desafio.

É que o “lugar arqueológico” não tem, para mim, qualquer qualidade ou “essência” particular, perene, que o distinga. Todos os “lugares” são arqueológicos, no sentido de que qualquer parcela do espaço material que nos rodeia é uma herança mais ou menos remota; tem cicatrizes da acção humana, às quais procuramos atribuir uma significação. Mas tal herança não se diz a si própria, somos nós que a vemos ou não, isto é, que a criamos, hoje. E de maneiras necessariamente muito diversificadas, de indivíduo para indivíduo, mesmo de momento para momento da nossa trajectória individual. Essa tensão entre variadas perspectivas e sensibilidades sempre existirá.

Há quem conceba o mundo como um espaço contínuo, sem memória evidente, que se pode manipular, construir e desconstruir, como um gigantesco *lego*, não tendo remorsos ao remover, dele, quaisquer “pontos de apoio” da imaginação retrospectiva; pelo contrário, todo o prazer dessa engenharia está em movimentar as suas peças, brilhantes e “limpas de passado”, como as de um jogo. Opõe-se-lhe a visão romântica-vulgar da arqueologia e dos seus “lugares”, que os mitifica, mas é muitas vezes coetânea da sua manutenção como sítios desconhecidos, abandonados, ou em delapidação constante. Parece mais realista a via actual do ordenamento e da planificação do território, em que o próprio projecto da arqueologia, como prática e ideologia, se insere.

De facto, se for considerado um elemento coprodutor do território, e portanto de novos “lugares”, compete ao arqueólogo, que não é um artista, mas primeiro que tudo um técnico, um cientista, tentar dar aos sítios e às paisagens que intervenciona, e que contribui para modelar, uma “leveza” suficiente para que outros as possam re-construir, mental ou materialmente. Isto é, para que cada um dos que virá depois os possa, ainda, recriar como “lugares”. E, por que não – a responsabilidade fica com cada qual – como “altos lugares”...

14. Entre o lixo e o luxo, um meio-termo?

Gosto imenso, para gozar uns preciosos momentos de férias (que, no caso dos arqueólogos, são sempre curtas, pois é no verão que mais trabalham no terreno) das pousadas portuguesas, ou (ainda mais, confesso) dos “paradores” espanhóis. Passar uma noite num sítio desses é, particularmente em alguns casos, uma experiência inesquecível, sempre diferente. Em muitos locais (quando não se fez uma escolha apenas em função da paisagem envolvente), foram reaproveitados antigos monumentos, como conventos, castelos, ou casas apalaçadas, a que se emprestou, por vezes, um autêntico luxo moderno, que não tem nada a ver com os (massificados) hotéis de cinco estrelas. E essa é sem dúvida uma das muitas formas de valorizar o “património construído”, dando-lhe uma utilização contemporânea, e mantendo a sua “respiração” de monumento, salvo da ruína inevitável. Sem dúvida que uma intervenção num edifício antigo, para adaptação a uma função actual, é sempre um desafio interessante para os arquitectos, é não isento de dificuldades, controvérsias ou

mesmo, em casos-limite, de impossibilidades. Não podemos “salvar” todos os antigos edifícios abandonados transformando-os em pousadas. Mas os arqueólogos deviam, em muitos casos, contribuir em pé de igualdade desde o início do processo de decisão e, se for caso disso, de execução. Trata-se, obviamente, de conjugar os objectivos históricos de estudo e registo (arqueologia), com as do destino utilitário em vista (objectivo do dono da obra), e ainda com a legítima criatividade artística da arquitectura. Este diálogo difícil – sem “fundamentalismos” de qualquer das partes envolvidas – tem ainda poucas tradições em Portugal, e deveria ser mais praticado, mais interiorizado. Mas em Espanha (como decerto noutros países europeus) levanta-se o mesmo problema, embora aí a arqueologia dos monumentos históricos, e a problemática do restauro, tenham uma maior tradição.

Assim, o que às vezes acontece ao arqueólogo que ocupa temporariamente um desses locais como turista, é o sentimento de estar a usufruir de algo que é, em maior ou menor medida, um “cenário” fictício, e uma instalação que sacrificou, para sempre, uma informação que deveria ter sido atempadamente recuperada. Em todas as épocas se alterou o antigo para fazer o novo – mas hoje temos a obrigação de intervir com outra consciência da complexidade dos sítios, não para os vermos como “fósseis” intocáveis, mas, pelo contrário, para evitarmos o “kitsch” e, para, se possível, sermos até ainda mais audazes do que no passado. Senão, estaremos a fabricar pseudo-antiguidades de pacotilha.

À satisfação de uma responsável de uma pousada, recentemente instalada num castelo, que me dizia ser tudo aquilo “um lixo” antes das obras, contrapunha eu o ter-se sacrificado, na pressa destas, não só um dos nossos mais carismáticos monumentos de taipa do Sul do país, mas também um repositório imenso de informações histórico-arqueológicas, um verdadeiro “tell” de ocupações sobrepostas. Um resto de muro, pateticamente iluminado, à noite, ao lado da piscina, pode ser um triste “recuerdo” de uma amnésia, neste caso paga a preço de luxo. Dito isto, estou certo de que aquela funcionária ficou convencida de que eu era mais um “fundamentalista” do património!

15. Modos de vida, ou a desordem do território

Quem subir a um ponto alto do Porto, só vê gruas no horizonte – a urbe está transformada num enorme estaleiro. Suponho que noutras grandes cidades do país, sobretudo no litoral, o panorama será idêntico. Em toda a parte onde há um espaço vago, uma zona verde, uma área ainda com certo aspecto rural, sobretudo se perto de boas vias de comunicação e/ou com “boas vistas” de mar ou rio, um novo “empreendimento”, em dois anos, cresce e ocupa esse nicho. Os empreiteiros e associados têm horror ao vazio.

Vê-se igual afã na recuperação do antigo? Não. Para além de alguns oásis, como o Parque da Cidade ou o “paraíso” de Serralves, nota-se o planeamento e a construção de jardins, o investimento em zonas amplas de lazer ao ar livre? Não.

As pessoas que não usufruem de condomínios fechados, com piscinas aquecidas e outros luxos, passam os seus tempos disponíveis entre a mole imensa de gente que afoga os centros comerciais e seus respectivos supermercados. E, daí, com os sacos de plástico cheios, vão para casa ver o futebol, as telenovelas, tudo o resto que passa em “prime time”. Assim ninguém refila, ninguém intervém, não há debate sobre o que devia ser a cidade – as vozes dos que vivem apilhados nas “ilhas” não se ouvem, quem “sabe do que fala” já está bem instalado nos seus apartamentos, e os jovens querem é “curtir” nos poucos tempos livres que a competição escolar lhes deixa. Quem tem dinheiro, ou pais que dispõem dele, paga; quem não tem, aguenta ou encontra o seu escape no álcool ou na droga, no pequeno

roubo, na violência. Quem não acompanha o sistema é excluído dele mais cedo ou mais tarde; e não faz falta nenhuma, antes pelo contrário – assim se mantém o circuito em equilíbrio.

De vez em quando um senhor arquiteto, ou urbanista, ou ambientalista, ou especialista em planeamento, ou em “património”, faz uma palestra sobre “como devia ser”; e é muito bom, orador e intervenientes sentem-se “cultos”, apontam caminhos, elaboram diagnósticos e esboçam planos, e depois faz-se tarde, e cada um vai para casa – para a casa que lhe coube – tratar da sua vida. Enunciar os problemas é um paliativo para a nossa impotência de os resolver – e fica toda a gente contente, ou assim parece, pois quem está descontente também não aparece nestes locais da aparência.

O Porto – como certamente outras cidades – pode ter muitos projectos, mas na prática não se nota. Nem no domínio urbanístico, nem no domínio do património, nem mais genericamente no âmbito cultural. Nota-se é cada vez mais engarrafamentos, automóveis, assaltos, stress e agressividade nas pessoas; cada vez maior fuga às oportunidades de convívio, de encontro, cada vez menos condições de humanização e de solidariedade na vida de todos os dias. Há mais “realizações culturais”, é certo, do que havia, por ex., há vinte anos – mas tocam ainda, como sabemos, um público muito limitado. Serão certos eventos capazes de superar tal estado de coisas? Às vezes apetece publicar nas páginas dum jornal um apelo do género: “procura-se programa integrado, verdadeiramente mobilizador, dos melhores recursos da cidade e do país. Não para ser implementado, claro, porque quem pode não deixa. Mas para os vossos vindouros ficarem a saber que nem todos estávamos distraídos, nestes finais do séc. XX, princípios do XXI”

16. Côa de novo

No fundo do vale do Côa, o sítio do Fariseu revelou sedimentos, do Paleolítico superior, que cobriam um painel de gravuras. Tal painel, assim datado, mostrou também que as múltiplas figuras de animais que nele se acumulavam (v. “La Recherche”, nº extra de Nov. 2000) têm todas a mesma pátina. Ou seja, essas gravuras, agora num aparente caos, não podem ter sido produzidas em momentos muito distanciados no tempo. A sua sobreposição (criando um efeito de tipo “palimpsesto”) foi claramente intencional, como já se suspeitava que tivesse acontecido em muitas outras rochas que se distinguem por essa formidável acumulação de animais, uns voltados para a esquerda, outros voltados para a direita do observador (embora uns na posição horizontal, e outros inclinada). Isto é, genericamente, ora no sentido da corrente do rio, ora contra o mesmo sentido. Raros são os animais em posição vertical (poucos equídeos e auroques, e alguns peixes).

O curso de água e o seu sentido deviam ser, para todas as gravuras do Côa, que o ladeiam, elementos claramente estruturantes – um dos eixos fundamentais em função dos quais o sistema iconográfico ali implantado se organizou, durante o Paleolítico superior (a topografia, a altitude, a relação com a forma e posição relativa dos suportes, a técnica/estilo, a associação/dissociação espacial de motivos, a dimensão relativa destes, a sua temática, etc., são outros tantos “eixos” a ter em conta para se chegar um dia a tentar compreender a “sintaxe” do conjunto). Mas o curso de água, em si, deveria ser o elemento basilar de toda aquela paisagem “simbólica”, talvez reflexo de uma cosmologia.

Há uma série de figuras de animais no Côa, consideradas “animadas” (como que tentando dar uma ideia de movimento) por terem mais de uma cabeça (cada uma das quais em posição, naturalmente, diferente). Ora, sem contrariar essa interpretação, parece-me que

tal iconografia pode ser “lida” a outros níveis. Estamos perante símbolos, não diante de figurações realistas; estas representações especiais poderiam ter um “valor sagrado” maior do que outras, simples. Há animais que voltam uma das cabeças para o lado oposto ao da outra, sendo portanto ambivalentes em relação ao sentido do curso de água: é o caso de uma cabra macho, célebre, da Quinta da Barca, ou de um cervídeo do mesmo núcleo; é também o de duas figuras da Penascosa, um auroque e uma cabra (Baptista, 1999). Essa poderia ser a razão mais importante da sua bicefalia.

No caso de animais que têm mais do que uma cabeça no mesmo sentido – com o cúmulo no cavalo tricéfalo da Penascosa – uma delas inclina-se para baixo, como se o animal comesse, ou (quicá mais importante) bebesse, debruçando-se para a água do rio. E aí teríamos de novo a presença desse elemento estruturante, simbólico (o curso de água) agora já não tanto na sua acepção “horizontal” (montante/juzante), mas “vertical” (margens/leito).

16. Os animais como património (natural e cultural)

Os direitos dos animais, num mundo predador como o nosso, estão formalmente consagrados por convenções internacionais. Mas é conhecido o facto de, todos os anos, para não dizer todos os dias, desaparecerem espécies – algumas das quais com grande valor económico (e ecológico), e por isso alvo fácil da cobiça dos que só visam o lucro ou o prazer (!) próprio e imediato, sem noção de responsabilidade cívica para com a natureza e as gerações vindouras. Os animais não têm consciência – pelo menos como a nossa – e por isso não podem defender-se; mas tal não quer dizer que não sejam objectos de direito, inventado pela humanidade civilizada para se proteger e proteger o meio em que vive. Também é pacífico que crueldades praticadas contra animais são uma forma de barbárie, que deveria ser progressivamente irradicada. Quem comete atentados inúteis contra outros seres vivos excluiu-se da condição de ser humano moderno; a violência, quando alimentada, pode sempre voltar-se contra quem a pratica e é um acto repugante, que, a qualquer momento, tende a exercer-se, também, noutros seres humanos. O respeito dos animais deveria ser uma componente básica da educação escolar e cívica; e é sabido como é até altamente benéfico para a saúde mental o convívio com espécies de há muito adaptadas à domesticidade.

Em todos os tempos a humanidade praticou a caça; durante a maior parte da sua história, o homem foi mesmo um caçador, que dependeu dos animais abatidos para a sua subsistência. Conhecem-se porém atitudes de comunidades que, antes de alvejar uma presa, até desculpa lhe pediam por ter de a sujeitar ao sacrifício da vida. Os caçadores-recolectores, sem querer fazer deles “bons selvagens”, tradicionalmente, sabiam manter um certo “equilíbrio” com o meio, procurando, até por uma medida de gestão intuitiva, não o deprestar para além do estritamente necessário. Foi a irrupção da civilização ocidental em muitos locais do planeta que acabou com certas espécies (e mesmo populações humanas inteiras), pela mira do lucro imediato, e com o auxílio de armas de fogo.

Também se sabe que, em todos os tempos, se sacrificaram animais, no contexto de certos ritos; mas tal aconteceu igualmente com seres humanos, cuja morte servia de espectáculo aos senhores e à população reunida. Hoje, ser-nos-ia intolerável assistir a tais cerimónias, por muito enraizadas na tradição que estivessem. A tradição, como tal, não é algo de sagrado nem de intocável; as populações evoluem, as tradições modificam-se, e as identidades recriam-se. O que importa é que, por parte dos cidadãos mais escolarizados, e

portanto (é de esperar) com uma educação da sensibilidade maior, haja uma atitude pedagógica, e não de arrogância perante práticas que se não podem, por vezes, tentar impedir abruptamente. A irracionalidade da defesa de certas “identidades” não é eliminável por decreto, por uma (ir)racionalidade autoritária, até porque elas são uma resposta (decerto, primária) à uniformização cultural. Mas um estado de direito baseia-se na universalidade das leis, e não pode, a prazo, tolerar medidas de excepção que façam prevalecer a “lei” local ou particular sobre o bem comum.

17. Algumas indicações bibliográficas básicas sobre património

Património... assunto sobre o qual muito se fala, mas pouco se lê.

Um raro caso de bom livro publicado em português é *L' Allégorie du Patrimoine*, de Françoise Choay (du Seuil, Paris, 1992), que finalmente a Ed. Presença lançou em 2000.

Indicarei a seguir algumas obras em francês. Um clássico incontornável: Aloïs Riegl, *Le Culte Moderne des Monuments. Son essence et sa genèse* (Paris, Du Seuil, 1984), com introduções importantes. De Alain Boudin, cite-se *Le Patrimoine Réinventé*, Paris, PUF, 1984. Obra essencial, e abrangente, é a coordenada por Henri Pierre Jeudy, *Patrimoines en Folie*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1980. Do mesmo ano, e de Marc Guillaume (que tivemos a honra de “trazer” ao Porto em 1999, e que aliás colabora na obra coordenada por Jeudy), o inteligente livro *La Politique du Patrimoine*, que devia ser traduzido urgentemente! Ainda de 1980, e de J.-P. Babelon e A. Chastel, *La Notion de Patrimoine* (reeditado em Paris, em 1994, por Ed. Liana Levi).

Imprescindível, até porque trata da articulação dos “dois patrimónios”, é o livro, resultante de um Colóquio da École Nationale du Patrimoine, *Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel*, publicado por aquela entidade e por La Documentation Française, Paris, em 1995. Em 1997, foi dada à estampa uma imponente e exaustiva *Encyclopédie du Patrimoine*, de René Dinkel, com muitas informações práticas (Paris, Les Encyclopédies du Patrimoine).

Da col. “Que Sais-je?” (nº 3304), e útil como quase todos os seus livrinhos, é o de Dominique Audrerie, *La Notion et la Protection du Patrimoine* (Paris, PUF, 1997). Interessante é a obra colectiva, dirigida por Dominique Poulot, *Patrimoine et Modernité* (Paris, L'Harmattan, 1998); também a de bolso, mas de estimulante leitura, *Le Patrimoine: Culture et Lien Social*, de Patrice Béghain (Paris, Presses de Sciences Po, 1998).

Por seu turno, Xavier Greffe deu-nos uma panorâmica sobre *La Gestion du Patrimoine Culturel*, em 1999 (Paris, Anthropos). Outra perspectiva, complementar, é de Jean-Pierre Mohen em *Les Sciences du Patrimoine. Identifier, Conserver, Restaurer* (Paris, Odile Jacob, 1999). Também interessante é a brochura publicada pela Université de Rouen, em 1999, sobre a *Conservation et Mise en Valeur du Patrimoine Culturel* (dir. de S. Crogiez e A.-M. F. Héricher).

A fechar, acrescenta-se que em França se realizam regularmente os “Entretiens du Patrimoine”, que já deram origem a quatro livros de actas, todos publicados por Fayard/ /Éd. du Patrimoine (Paris): *Science et Conscience du Patrimoine* (dir. P. Nora, 1994); *Patrimoine, Temps, Espace* (dir. F. Furet, 1996); *Patrimoine et Passions Identitaires* (dir. Le Goff, 1997); *L'Abus Monumental* (dir. R. Debray, 1999). Estes, são absolutamente essenciais!

Mas há muito, muito mais...

De facto, a questão do “património”, se não for visto de uma maneira estrita, apenas como um campo ligado aos monumentos/documentos, e sua conservação/restauro, é um domínio que tem amplas relações interdisciplinares, mesmo ao nível da problemática geral. “Património” evoca memória, identidade... e muitos outros campos, estudados pela sociologia, psicologia, psicanálise (para já não falar da história, arqueologia), etc!

Sobre identidade, memória, etc., há um conjunto de obras que é básico ler, para que se não repitam sempre os mesmos chavões, os mesmos lugares-comuns, e se qualifique um pouco mais o nosso raciocínio.

Aqui ficam algumas sugestões: – Marc Augé (dir. de) (1992), *Territoires de la Mémoire*, Thonon-les-Bains, Éd. de l’Albaron; – Jean-François Bayard (1996), *L’Illusion Identitaire*, Paris, Fayard; – Carmel Camilleri (dir. de) (1990), *Stratégies Identitaires*, Paris, PUF; – Joël Candau (1996), *Anthropologie de la Mémoire*, Paris, PUF; – Joël Candau (1998), *Mémoire et Identité*, Paris, PUF; – Malek Chebel (1998), *La Formation de l’Identité Politique*, Paris, Payot; – Erik Erikson (1972), *Adolescence et Crise, la Quête de l’Identité*, Paris, Flammarion; – Anthony Giddens, (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta; – P. Graves-Brown, S. Jones, & C. S. Gamble (coord. de) (1996), *Cultural Identity and Archaeology: the Construction of European Communities*, London, Routledge; – Eric Hobsbawm & Terence Ranger (1993), *The Invention of Tradition*, Cambridge University Press; – Siân Jones, (1997), *The Archaeology of Ethnicity. Constructing Identities in Past and Present*, London, Routledge; – René L’Ecuyer (1994), *Le Développement du Concept de Soi de L’Enfance à la Vieillesse*, Presses de l’Université de Montréal; – Lévi-Strauss (1977) (dir. de), *L’Identité*, Paris, PUF; – Pierre Moessinger (2000), *Le Jeu de l’Identité*, Paris, PUF; – Paul Ricoeur (1990), *Soi-même Comme un Autre*, Paris, Le Seuil; – Clément Rosset (1999), *Loin de Moi. Étude sur l’Identité*, Paris, Les Éd. de Minuit; – Jean-Claude Ruano-Borbalan (1998) (coord. de), *L’Identité. L’individu, la groupe, la société*, Auxerre, Sciences Humaines; – Anne-Marie Thiesse (2000), *A Criação das Identidades Nacionais. Europa-Séculos XVIII-XX*, Lisboa, Temas e Debates; – Tzvetan Todorov (1995), *Les Abus de la Mémoire*, Paris, Arléa.